

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ALINE GIOVANA SAGARDIA DIAS

**UMA ANÁLISE SOBRE AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES MEDIADAS PELA INTERNET**

**São Borja
2019**

ALINE GIOVANA SAGARDIA DIAS

**UMA ANÁLISE SOBRE AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES MEDIADAS PELA INTERNET**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Jaina Raqueli
Pedersen

**São Borja
2019**

ALINE GIOVANA SAGARDIA DIAS

**UMA ANÁLISE SOBRE AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES MEDIADAS PELA INTERNET**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02 de dezembro de 2019.

Banca examinadora:

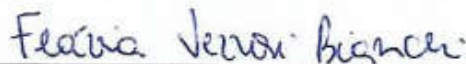


Profa. Dra. Jaina Raqueli Pedersen
Orientador

Curso de Serviço Social - UNIPAMPA



Prof. Dr. Walter Firmo de Oliveira-Cruz
Curso de Serviço Social - UNIPAMPA



Assistente Social Esp. Flávia Vezzosi Bianchi
(Casa de Acolhida)

Nesse mundo de ilusões onde passamos nossos dias
Não posso ser quem eu sou
Minha vida se confunde meio a cenas vazias
De ódio e de amor
Onde se convence o povo a comprar o que não precisa
Meu Deus, aonde é que eu estou?
Se você passar lá em casa por favor, meu bem, avisa
Quero esconder o meu mundo [..]

[..] Procurando encontrar uma direção nesse mundo de ilusão.
Só espero que não caminhe rente à multidão
Surda e muda, sem visão, fingem não prestar atenção
Quanto estão amordaçados pela manipulação
E por mais que eu tente é sempre
Diferente o que a alma sente o que a mente entende
Pouco a gente entende, pouca gente entende
O que é relevante ultimamente, tão distante
Mais descrente do que antes fez-se o povo ignorante

Nesse instante pessoas brilhantes crescem nas favelas
Em um instante ideias brilhantes morrem atrás de telas
Nas novelas em um anúncio de TV
Monitores que amenizam dores, falsos amenizadores
Procuro me dar mais um tempo, pensar no futuro
Esfriar minha cabeça, respirar fundo, quem sabe
Além do mundo, eu mesmo me iludo, finjo que esqueço de tudo
No momento eu só penso em fazer um som pra viver
Fecho os olhos pra não ver, permito não perceber
A frieza urbana, fraqueza humana, modo que voa a semana
Tempo que engana cidade, que esgana sistema
Que explana sua forma tirana [...]

Dedico este trabalho à minha mãe Catarina e ao meu padrasto Salvador. Vocês foram a base para esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me conceber forças para continuar persistente nessa busca. Foi essa energia maior que me acalantou nos dias mais difíceis.

Principalmente agradeço à minha mãe Catarina por todo apoio nessa etapa. Obrigada por ser essa mulher guerreira a qual me espelho, você é minha base de vida e com certeza nada disso seria possível sem você do meu lado. Sou imensamente grata por toda tua dedicação comigo. Te amo.

Ao meu padrasto Salvador, por todo apoio e carinho nesse momento.

Aos meus irmãos, Ana, Júlio, Angélica, Paulo, e Alexandre, por estarem do meu lado, amos vocês.

Ao meu pai Paulo (*In memoriam*), parte de mim que se foi muito cedo dessa terra. Infelizmente o senhor não vai comemorar comigo essa vitória. Peço perdão por não conseguir te ajudar nos momentos mais difíceis da vida. Espero que tenha encontrado o caminho da luz.

À Flávia minha supervisora de estágio I e II, por ter me acompanhado nesse processo de muito aprendizado, no qual pude vivenciar a realidade do trabalho da/o Assistente Social, sem dúvida este espaço foi de suma importância para minha graduação. Obrigada por toda dedicação, enquanto profissional e principalmente pelo ser humano que és – saiba que te admiro muito. Agradeço-te também por aceitar o convite de qualificação da minha banca de TCC.

Aos meus companheiros de estágio, Letícia e Regison, que estiveram comigo durante quase um ano na Casa de Acolhida. Agradeço a vocês por todos momentos de trocas.

À minha querida professora e orientadora Dra. Jaina Raqueli, por toda dedicação e carinho que teve comigo, ao longo da graduação em especial durante o período de construção do TCC. Saiba que sou extremamente grata, por contribuir comigo nessa jornada. Foram tantos momentos de trocas e estímulo que em nenhum momento pensei em desistir. Obrigada por ser essa pessoa humana, que consegue mediar e compreender as limitações do outro, é isso que te torna essa profissional maravilhosa que és. Com certeza todos esses momentos foram de suma importância na minha trajetória, espero num futuro próximo colocá-los em prática como profissional.

Aproveito também para agradecer ao professor e doutor Jorge, por todas as

contribuições tanto na graduação como no processo de construção de TCC. Agradeço-te pela disposição e troca de conhecimentos.

Ao professor e Dr. Walter, pela disposição em participar da minha banca de qualificação. Saiba que tenho imensa admiração pelo profissional que és.

Às minhas amigas e colegas que a graduação me permitiu conhecer, Larissa, Laura, Luciane, Andréia e Fernanda com certeza vocês foram essenciais nessa caminhada. Durante esse tempo que convivemos aprendi um pouco com cada uma de vocês, levarei comigo todos os nossos momentos. E que num futuro próximo possamos nos encontrar como colegas de trabalho.

Ao Thalles, meu best friend, por todas as palavras de conforto nesse árduo caminho. Obrigada amigo, saiba que és uma pessoa incrível de enorme bondade. Desde o início estive contigo, me incentivando e colaborando para que esse processo fosse de forma tranquila. Não existem palavras para descrever o quanto sou grata por ter você minha vida, jamais vou esquecer tudo que fez por mim ao longo desses anos. O teu apoio, sem dúvida foi fundamental, sempre prestativo auxiliou-me em todas as horas. Obrigada por compartilhar comigo tantos momentos de alegrias.

Ao meu amigo Michel, por acompanhar-me e acreditar que eu seria capaz. Obrigada pela nossa amizade.

Aos meus amigos/as Emilene, Mara, Marcelo, Leonir, Marion, Ricardo e João, que de alguma forma estiveram comigo nesta etapa. Agradeço a cada um de vocês por contribuírem comigo, o que cada um tem de melhor. Vocês são pessoas incríveis e acolhedoras que sempre quero ter por perto.

À Bianca, pessoa mais especial que São Borja trouxe para minha vida. Agradeço-te infinitamente por me aturar todo esse tempo, merece um oscar amiga. Contigo aprendi e aprendo a cada dia a ressignificar o verdadeiro sentido das coisas. Tenho a liberdade de dizer que nossos momentos não podem ser aqui quantificados, mas que serão infinitamente lembrados com muito carinho. Desejo que nossa amizade perdure para o resto de nossas vidas e que possamos compartilhar ainda muitas alegrias.

À Pati, por ser essa amiga maravilhosa a qual tive o prazer de conviver nesse período. Foram tantos os momentos de alegrias, tristezas, falta de grana, os trabalhos em dupla, festas (rolês no pub, santo gole, central, posto missioneiro). Disso tudo, ficam as lembranças e as comemorações que estão prestes a vir, obrigada fofa por tudo, com certeza iremos ainda desfrutar de muitas coisas juntas.

À Jéssica pela amizade que construímos desde nossa chegada em São Borja. Você é uma das pessoas mais importantes da qual tive a grande alegria de conhecer, foram tantos os momentos vividos, que com certeza estarão para sempre comigo. Obrigada amiga por tudo, logo, logo vamos fazer a nossa viagem e curtir muito.

Ao Mateus, por nesse último ano em São Borja, ter nos concedido um espaço na sua residência. Obrigada Mateus pelo carinho que construímos até aqui, te desejo muito sucesso.

Às crianças e aos adolescentes da Casa de Acolhida, por me permitirem conhecer um pouquinho da história de cada um. Foi um momento incrível, que me proporcionou um olhar mais sensível perante a tantos sofrimentos.

A todos os professores/as do curso de Serviço Social da Unipampa, por compartilharem seus conhecimentos, em especial à Monique Damascena. Saiba que tenho enorme admiração por você.

Aos demais funcionários/as da Unipampa pelo comprometimento e dedicação. Principalmente a senhora Janete, pela competência e gentileza.

Enfim, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles/as que de alguma forma passaram na minha vida durante essa trajetória.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social tem como tema de estudo a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir do uso da internet. Essa escolha se justifica pela aproximação com a temática desde o início da graduação, através da disciplina complementar de Graduação (DCG), como bolsista do Projeto de Extensão “Rodas de conversa: em debate a Violência sexual contra crianças e adolescentes” e também pela inserção no campo estágio na Casa de Acolhida. Visa compreender as particularidades da violência sexual contra crianças e adolescentes em tempos de avanço das tecnologias de informação e comunicação, a fim de contribuir com subsídios que possam qualificar a análise e a intervenção diante desta realidade. Neste sentido o estudo busca respostas para o seguinte problema: Quais as particularidades da violência sexual contra crianças e adolescentes considerando o acesso à internet? Quanto aos objetivos específicos estes buscam: analisar se o acesso à internet por parte de crianças e adolescentes tem aumentado o risco de sua exposição às situações de violência sexual; compreender as principais formas de violência sexual que vitimizam crianças e adolescentes através do acesso à internet; identificar as características dos sujeitos envolvidos nos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorridos através da internet. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, desenvolvida a partir método dialético crítico. A pesquisa bibliográfica e documental constituíram-se nas técnicas de pesquisa, utilizando-se de um roteiro norteador como instrumento de coleta de dados, o qual foi aplicado em duas (02) Teses de Doutorado, uma (01) Monografia, três (03) livros eletrônicos, treze (13) artigos, um (01) Relatório de Pesquisa da UNICEF, duas (02) Reportagens em jornal online e um (01) documentário. Os referidos materiais estão localizados nas áreas de conhecimento do Serviço Social, Saúde Coletiva, Educação, Antropologia, Psicologia e Direito. Os dados coletados foram a partir da técnica de análise de conteúdo. O trabalho está estruturado em quatro (4) capítulos, sendo que no último são apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica e documental. Pode-se observar o número crescente de crianças e adolescentes que acessam a internet, utilizando-se principalmente do facebook para auto-exposição de imagens da vida íntima como forma de obter visibilidade. Identificou-se que crianças e adolescentes vem acessando materiais com conteúdo sexual de forma bastante precoce, interferindo na educação sexual dos mesmos bem como nas relações sociais

que estabelecem. Dentre as diversas formas de violência sexual mediadas pelo uso da internet, destacaram-se o sexting e a pornografia infantil, esta última que tem por detrás um mercado rentável e perverso, que transforma crianças e adolescentes em objetos sexuais. Nesse mercado, os consumidores pagam valores diferenciados para atos que sejam mais violentos, evidenciando assim relações de coisificação e desumanização dos sujeitos. Quanto aos sujeitos perpetradores desses atos violentos pode-se identificar que estes estão entre as redes de criminalidade online e/ou redes de exploração sexual, que envolvem fotógrafos, videomakers, aliciadores e pessoas de apoio, comerciantes, publicitários até mesmo os consumidores, o que torna difícil identificar o perfil dos mesmos. Por fim, destaca-se que a internet se constitui numa nova ferramenta utilizada por abusadores e exploradores sexuais para violar os direitos de crianças e adolescentes, a qual compreende uma complexidade de camadas que precisam ser desvendadas por órgãos competentes para que haja maior controle dos crimes praticados nas “profundezas” da internet.

Palavras-Chave: Violência sexual, Crianças e adolescentes, Internet, Pornografia infantil

RESUMEN

El presente Curso Conclusion Work (CBT) en Trabajo Social tiene como tema de estudio la violencia sexual contra niños y adolescentes por el uso de internet. Esta elección se justifica por el enfoque del tema desde el comienzo de la licenciatura, a través de la disciplina complementaria de la licenciatura (DCG), como miembro del Proyecto de Extensión "Ruedas de conversación: en el debate sobre la violencia sexual contra niños y adolescentes" y también por la inserción en el campo de pasantías en la Casa de Acolhida. Su objetivo es comprender las particularidades de la violencia sexual contra niños y adolescentes en tiempos de avance de las tecnologías de la información y la comunicación, con el fin de contribuir con subsidios que puedan calificar el análisis y la intervención frente a esta realidad.

En este sentido, el estudio busca respuestas al siguiente problema: ¿Cuáles son las particularidades de la violencia sexual contra niños y adolescentes que consideran el acceso a Internet? En cuanto a los objetivos específicos que buscan: analizar si el acceso a Internet para niños y adolescentes ha aumentado el riesgo de su exposición a situaciones de violencia sexual; comprender las principales formas de violencia sexual que victimizan a niños y adolescentes a través del acceso a internet; Identificar las características de los sujetos involucrados en los delitos de violencia sexual contra niños y adolescentes que ocurrieron en Internet Es una investigación exploratoria y cualitativa, desarrollada a partir del método dialéctico crítico. La investigación bibliográfica y documental consistió en las técnicas de investigación, utilizando un guión guía como instrumento de recolección de datos, que se aplicó en dos (02) Tesis Doctorales, una (01) Monografía, tres (03) libros electrónicos, trece (13) artículos, un (01) Informe de investigación de UNICEF, dos (02) informes de periódicos en línea y un (01) documental. Estos materiales están ubicados en las áreas de conocimiento de Trabajo Social, Salud Colectiva, Educación, Antropología, Psicología y Derecho. Los datos recopilados fueron de la técnica de análisis de contenido. El trabajo está estructurado en cuatro (4) capítulos, y el último presenta los resultados de la investigación bibliográfica y documental. Podemos observar el creciente número de niños y adolescentes que acceden a Internet, principalmente usando Facebook para la autoexposición de imágenes de la vida íntima como una forma de ganar visibilidad. Se descubrió que los niños y adolescentes han estado accediendo a materiales con contenido se-

xual muy temprano, lo que interfiere en su educación sexual y en las relaciones sociales que establecieron. Entre las diversas formas de violencia sexual mediadas por el uso de Internet, se destacaron el sexting y la pornografía infantil, esta última detrás de un mercado rentable y perverso que convierte a los niños y adolescentes en objetos sexuales. En este mercado, los consumidores pagan diferentes cantidades por actos que son más violentos, evidenciando así relaciones de objetivación y deshumanización de los sujetos. En cuanto a los autores de estos actos violentos, se puede identificar que se encuentran entre las redes delictivas en línea y / o las redes de explotación sexual, que involucran a fotógrafos, camarógrafos, personas atractivas y de apoyo, comerciantes, anunciantes e incluso consumidores, lo que significa dificulta la identificación de su perfil. Finalmente, se enfatiza que Internet es una nueva herramienta utilizada por los delincuentes sexuales y los explotadores para violar los derechos de los niños y adolescentes, que comprende una complejidad de capas que los organismos competentes deben revelar para un mayor control de los delitos. practicado en las "profundidades" de internet.

Palabras clave: violencia sexual, niños y adolescentes, Internet, pornografía infantil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação das camadas da internet.....	70
Figura 2 – Uso da internet por crianças e adolescentes.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação das bibliografias e documentos.....	26
Quadro 2 – As principais formas de violência sexual através da internet.....	83

LISTA DE SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

DCG – Disciplina Complementar de Graduação

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRAS – Centre de Referência de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescentes

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

CID – Catálogo Internacional de Doenças

IST's - Infecções Sexualmente Transmissíveis

PNE – Plano Nacional de Educação

WWW –World Wide Web

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	21
1.1.2	Método e suas categorias.....	22
1.1.3	Tipo de Pesquisa.....	24
1.1.4	Procedimentos: Técnicas e Instrumentos.....	25
1.1.5	Universo e Amostra	25
1.1.6	Análise e Tratamento dos Dados.....	29
1.1.7	Socialização dos Resultados.....	30
2	AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM DESTAQUE A VIOLÊNCIA SEXUAL.....	31
2.1	A violência e suas expressões.....	31
2.2	As práticas abusivas e/ou de exploração sexual de crianças e adolescentes.....	36
3	OS DIFERENTES PROCESSOS QUE ENVOLVEM O DEBATE DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	42
3.1	Sexualidade, pornografia infantil e pedofilia: discussões necessárias para o desvendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	43
3.2	A lucratividade em torno do comércio da pornografia e pornografia infantil.....	55
3.3	A internet como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e os crimes através dela perpetrados.....	61
4	AS PARTICULARIDADES DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONSIDERANDO O ACESSO À INTERNET.....	73
4.1	O acesso à internet por crianças e adolescentes.....	74
4.2	Sexting e Pornografia Infantojuvenil.....	80
4.3	Redes criminosas: o desafio na identificação dos agressores.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICE A.....	100

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, tem como tema de estudo a *violência sexual contra crianças e adolescentes, buscando compreender suas particularidades em tempos de avanço das tecnologias de informação e comunicação*. Percebe-se que na medida em que a sociedade passa por mudanças e transformações, a violência também acompanha este movimento, metamorfoseando-se e assumindo novas características. Sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes observa-se que a internet se constitui como uma nova ferramenta utilizada por abusadores e exploradores sexuais para violar os direitos das mesmas.

O interesse em pesquisar sobre essa temática manifestou-se processualmente durante a trajetória percorrida na graduação. Num primeiro momento através da Disciplina complementar de Graduação (DCG) Violência sexual contra crianças e adolescentes no ano de 2017 e, na sequência, como bolsista do Projeto de Extensão “Rodas de conversa: em debate a Violência sexual contra crianças e adolescentes” no mesmo ano. Também pela inserção no Estágio Supervisionado em Serviço Social I no segundo semestre de 2018 e II no primeiro semestre de 2019 na Casa de Acolhida que atende crianças e adolescentes no serviço de proteção social de alta complexidade, o qual também atende demandas de crianças e/ou adolescentes que sofreram algum tipo de violência sexual.

Entende-se a violência como um fenômeno histórico, social e cultural presente nas sociedades humanas desde o início da civilização. É um fenômeno constituído no âmbito das relações sociais, multideterminado, que perpassa a ordem biológica, subjetiva e social. Ao longo da história crianças e adolescentes vivenciaram situações de violação de direitos. Entretanto, no Brasil, esse processo passou a ganhar relevância apenas no final de 1989 com a Convenção sobre os Direitos da Criança e posteriormente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/1990, onde exprimi o reconhecimento de crianças e adolescentes em condição peculiar de desenvolvimento pessoal e social. Passando a ser responsabilidade da família, do Estado e da sociedade garantir a efetivação dos direitos destes sujeitos, com prioridade absoluta. Considera-se criança entre zero e 12 anos de idade incompletos e adolescentes aqueles (as) com idades entre os 12 e 18 anos.

De acordo com os dados do Sistema de informação de Agravos de Notificação (Sinan) (2018), no período de 2011 a 2017, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida. Registrando um aumento de 64,6% a 83,0% nas notificações de violência sexual, entre os anos de 2011 e 2017, crianças e adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Um novo elemento a ser considerado em torno da violência sexual, é em relação a violação de direitos por meio da internet. Neste novo paradigma é notável a evolução das tecnologias de informação e comunicação em escala inigualável, não apenas melhorando os padrões de vida mundiais, mas também facilitando a consecução de diversas modalidades criminosas, entre elas a criação de um dos crimes mais infames da sociedade moderna: a pornografia infantojuvenil. Com o uso da internet facilitou-se o acesso, a distribuição e comércio desse tipo de material que viola os direitos de crianças e adolescentes.

Com a popularização do acesso à Internet nos últimos anos, os crimes digitais no Brasil alcançam números assustadores¹. Constata-se que o conteúdo violento e pornográfico a que crianças e adolescentes são expostos de forma indiscriminada pelos meios de comunicação é motivo de muita preocupação. Segundo a Safernet², existem diferentes formatos de abuso sexual online de crianças e adolescentes. O aliciamento de crianças e adolescentes na internet pode se desdobrar em abuso presencial, podendo ocorrer sequestro e abuso físico. A exploração sexual tem como principal alvo adolescentes que, por meio da internet, acabam se envolvendo em redes que os exploram para fins comerciais e tráfico de pessoas.

Dessa forma, buscando compreender melhor a temática de estudo, considerando os elementos contemporâneos acima expostos, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: *Quais as particularidades da violência sexual contra crianças*

¹ Número de atendimentos realizados pela Safernet em 2018, via chat e email. **Exposição de imagens íntimas/sexting** (440 femininos e 229 masculinos); **Ciberbullying/ofensa** (276 feminino e 131 masculino); **Aliciamento sexual infantil online** (37 feminino) (6 masculino).

² A SAFERNET Brasil foi fundada em 2005, com objetivo de oferecer respostas eficiente, consistente e permanente no Brasil para os graves problemas relacionados ao uso indevido da Internet em relação prática de crimes e violações contra os Direitos Humanos, aliciamento, produção e difusão em larga escala de imagens, de abuso sexual de crianças e adolescentes, racismo, neonazismo, intolerância religiosa, homofobia, apologia e incitação a crimes contra a vida etc. crimes cibernéticos atentatórios aos Direitos Humanos presentes na rede (SAFARNET, 2005).

e adolescentes considerando o acesso à internet? Para auxiliar no processo investigativo foram elaboradas três *questões norteadoras*: O acesso à internet por parte de crianças e adolescentes tem aumentado o risco de sua exposição às situações de violência sexual? Quais as principais formas de violência sexual que vitimizam crianças e adolescentes através do acesso à internet? Quais as características dos sujeitos envolvidos nos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorridos através da internet?

A partir do problema de estudo foram estruturados os objetivos da pesquisa, sendo que o objetivo geral visa compreender as particularidades da violência sexual contra crianças e adolescentes, em tempos de avanço do uso das tecnologias de informação e comunicação, a fim de contribuir com subsídios que possam qualificar a análise e a intervenção diante desta realidade. Quanto aos *objetivos específicos* estes visam: analisar se o acesso à internet por parte de crianças e adolescentes tem aumentado o risco de sua exposição às situações de violência sexual; compreender as principais formas de violência sexual que vitimizam crianças e adolescentes através do acesso à internet; identificar as características dos sujeitos envolvidos nos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorridos através da internet.

Destaca-se que o avanço da tecnologia vem contribuindo para a produção de novos crimes, ou melhor dizendo, a produção de novas técnicas que (re) produzem velhas e novas formas de crimes e dentre estes, formas bastante perversas de violência. A violência, nas suas mais diversas formas de manifestação constitui-se em objeto de análise e intervenção do Serviço Social e, por isso, um estudo mais aprofundado sobre o tema, considerando aqui a delimitação proposta representa, com todos os limites que possa haver, um compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais e também com a qualidade dos serviços prestados à população, princípios estes materializados no Código de Ética Profissional dos assistentes sociais.

Nesse sentido, entende-se que o trabalho tem grande relevância para a profissão. Embora o presente trabalho não se proponha a fazer uma investigação sobre o trabalho dos assistentes sociais no que diz respeito a demanda da violência sexual contra crianças e adolescentes, compreende-se que o estudo da referida temática é de extrema importância, pois dará visibilidade a sua complexidade e as diversas mediações que constituem este fenômeno. Entende-se que para intervir de

maneira qualificada nas mais diversas expressões da questão social – objeto de trabalho do assistente social -, é preciso um conjunto de informações e conhecimentos para subsidiar os processos interventivos, rompendo assim com as práticas que consideram o objeto de forma imediata e fragmentada.

Desse modo, ressalta-se também a relevância social a qual este estudo se propõe. Sabe-se que a violência sexual acompanha o movimento das sociedades, subsumida a diversas características em cada contexto histórico. De tal forma, cabe enfatizar, que contemporaneamente esse crime encontra-se reestruturado sob novas formas de manifestação através de novas técnicas de perversidade violando assim, os direitos das crianças e dos adolescentes. Portanto faz-se necessário apropriar-se de um aprofundamento teórico que trabalha no conjunto de enfrentamento dessas novas formas de apropriação da violência sexual, mediante ao compromisso assumido pela sociedade, família e Estado, na prevenção e proteção desses sujeitos. Também vale salientar que este trabalho possibilitou extrema satisfação acadêmica, devido a todo percurso que o mesmo se propôs ao debruçar-se sob diversas bibliografias e documentos, dos quais foram preponderantes para atender a proposta geral da pesquisa, contribuindo de modo intrínseco com a formação acadêmica.

O trabalho está estruturado em 4 (quatro) capítulos, sendo o primeiro a introdução, que tem por objetivo elucidar o tema de estudo e o problema de pesquisa. Ainda na introdução explicitam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa que têm como finalidade discorrer sobre o processo investigativo, destacando-se a escolha do método, o tipo de pesquisa, as técnicas e instrumentos utilizados para coleta de dados, o universo e amostra da pesquisa e a análise e tratamento dos dados. Ainda evidencia a forma de socialização dos resultados da pesquisa.

O segundo capítulo discorre sobre as formas de manifestação da violência contra crianças e adolescentes em destaque a violência sexual. O capítulo foi dividido em dois itens: O primeiro aborda, de modo mais conceitual, as expressões da violência e suas implicações no cotidiano das crianças e adolescentes. Na sequência se discute a violência sexual através dos seguintes desdobramentos: abuso sexual e exploração sexual.

O terceiro capítulo apresentará os diferentes processos que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim o capítulo foi constituído por três momentos de explanação, sendo que o primeiro item da discussão sobre sexualidade, pornografia infantil e pedofilia. Ainda neste mesmo capítulo o segundo item tem

como contextualização o lucro em trono do comercio da pornografia e também da pornografia infantil. Por fim, o terceiro item resgatará o uso da internet como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e os crimes cometidos por meio desta inovação. Discussões essas que são necessárias para o desvendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

No que se refere ao quarto capítulo, este discorrerá sobre os resultados que a pesquisa possibilitou compreender em torno da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir do avanço das tecnologias e informação e comunicação.

Por fim apresentam-se as considerações finais, onde serão retomadas algumas discussões que foram tecidas ao longo do trabalho, principalmente os resultados da pesquisa, bem como algumas proposições com o intuito de oferecer subsídios aos profissionais assistentes sociais.

1.1 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente item tem como finalidade apresentar o processo metodológico da pesquisa e a contribuição da mesma para qualificação dos processos interventivos realizados pelo Serviço Social diante da violência sexual contra crianças e adolescentes. Logo, serão abordadas algumas questões relacionadas a importância da investigação científica no trabalho do Assistente Social, bem como a produção do conhecimento desenvolvida pelo mesmo. Ainda evidenciará o tipo de pesquisa, o processo de coleta de dados, considerando o universo e amostra, a análise de dados e a forma de socialização dos resultados.

A pesquisa em Serviço Social adquire um papel indispensável na formação acadêmica, é através dela que o profissional estimula seu caráter investigativo e cria condições para uma intervenção qualificada, além disso permite a ampliação das produções científicas na área da profissão. Adotando uma postura crítica e criativa, a categoria profissional incorpora importantes elementos como: princípios, valores, estratégias e objetivos que subsidiam a articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa, a fim de potencializar novos conhecimentos, experiências e significados que impulsionam o compromisso com a dimensão política na construção dos processos emancipatórios de produção e reprodução das relações sociais entre os sujeitos (GUERRA, 2009).

Sabe-se que é por meio da pesquisa que o profissional compreende a realidade para intervir “visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental” (GUERRA, 2009).

Um processo que utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Assim, o conceito de pesquisa aqui adotado aplica-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais (GIL, 2007, p. 42).

Dessa forma, a pesquisa em Serviço Social torna-se uma relevante mediação no trabalho profissional, produzindo subsídios para a análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo. Além disso, instrumentaliza os assistentes sociais para as intervenções cotidianas, por meio da aproximação com os sujeitos, a fim de construir ações com vistas a sua transformação.

1.1.2 Método e suas categorias

Para a construção dessa pesquisa, baseou-se no método dialético crítico. A dialética materialista histórica consiste em [...] caminhar da aparência a essência, da parte ao todo, do singular ao universal, isso tudo em conjunto, levando em conta o modo de constituição, a maneira pela qual se constitui a realidade” (IANNI, 2011, p. 411). No que se refere ao método, este consiste em apreender a realidade, de forma crítica e propositiva a fim de, colaborar com transformações efetivas. Dessa forma, tem-se que a dialética oferece bases para interpretação da dinâmica totalizante da realidade juntamente, com as categorias, historicidade, totalidade, contradição e a mediação, já que os fatos sociais não podem ser analisados de maneira isoladamente (GIL, 2008).

Em se tratando das categorias Ianni (2011, p. 1) refere que;

[...] a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. Essa proposta implica em que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sob todas as perspectivas. [...] partindo do reconhecimento, não é uma presunção, a priori, mas do reconhecimento, de que o fato não se dá a conhecer imediatamente. A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. [...] A reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia.

Para os autores Marconi e Lakatos (2007, p. 83) o “[...] método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de conhecimentos válidos e verdadeiros” A pesquisa dentro do método permite apreender o objeto, analisando-o em suas articulações próprias, visto que ele já está posto na realidade. Portanto, é neste momento que o pesquisador/a se debruça na análise investigativa do objeto na perspectiva de compreendê-lo em sua totalidade, uma vez que os fenômenos se mostram de forma isolada e imediata na vida dos sujeitos.

A totalidade compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias,

coloca-se em antítese a posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos. Do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, da parte e do todo, do produto e da produção e assim por diante (KOSIK, 1976, p. 33-34).

Nessa perspectiva, entende-se a totalidade como a união das partes que se compõem delas interconectadas (KOSIK, 2002). Na compreensão dialética da totalidade, significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (GADOTTI, 1992). Além disso, cabe ressaltar que a realidade faz parte de um todo estruturado que se desenvolve e se autocria na medida em que os fenômenos nela se manifestam permeado por contradições.

A categoria historicidade de acordo com Konder (2008) refere-se as transformações ocorridas na trajetória dos sujeitos, por meio de diferentes processos históricos. Neste movimento percebe-se que a historicidade, proporciona uma compreensão mais ampla dos sujeitos históricos e seus processos sociais constituídos na sociedade. Dessa forma, compreende-se o processo da violência sexual contra crianças e adolescentes como um fenômeno histórico que perpassa por um constante movimento de transformação, inserida na dinâmica da sociedade está passa por mudanças se reconstituiu por meio de novos elementos e novos processos e se abastece de novas formas e características.

Assim, identifica-se que o objeto ao se constituir-se por múltiplos processos imprime novos determinantes. Portanto, na análise da vida dos sujeitos, os momentos passados sempre devem ser considerados, tendo em vista que o “[...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.107).

Quando se fala em contradição, esta imprime complexos opostos dentro da força que movimenta a história, só há movimento porque existe contradição, “toda realidade é movimento e não há movimento que não seja consequência de uma luta de contrários, de sua contradição interna, isto é, essência do movimento considerado e não exterior a ele” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 105). Assim, faz-se necessário pensar a violência sexual na sua complexidade como uma expressão da questão

social constituída de vários aspectos contraditórios que precisam ser estudados, pois, ao mesmo tempo que a sociedade criminaliza a violência sexual, ela também produz e reproduz as diferentes formas de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ainda em relação as categorias do método-dialético, tem-se a mediação. Esta possibilitará a análise da realidade juntamente com as demais categorias. De acordo com Pontes (2000, p. 38) a mediação é uma das categorias centrais da dialética, que possui duas dimensões: a reflexiva, que parte da razão para o entendimento da realidade social através de sucessivas aproximações frente aos sujeitos; e a ontológica que pertence ao real, independentemente da apreensão racional. “As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade” (PONTES, 2009, p. 181). É neste conjunto que se articulam as determinações dos complexos da realidade.

1.1.3 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa teve caráter exploratório e abordagem qualitativa. Conforme Gil (2007, p.27) as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a partir da formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Segundo Minayo (2002) a abordagem qualitativa se preocupa em responder as questões de forma mais profunda, cujo universo de significados, crenças, valores, aspirações e atitudes presentes na realidade, não podem ser meramente quantificados. Ou seja, a pesquisa qualitativa exige um aprofundamento no processo de operacionalização do tema pesquisado, uma vez que o caráter investigativo e interventivo da profissão, permite através das sucessivas aproximações a compreensão do objeto de estudo. Portanto, considera-se a pesquisa em Serviço Social como parte fundamental do agir profissional, onde na busca pela essência dos determinantes sociais universais, promove mudanças significativas no cotidiano dos sujeitos.

1.1.4 Procedimentos: Técnicas e Instrumentos

Quanto as técnicas de pesquisa, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com (GIL, 2007), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de materiais já elaborados como livros e artigos científicos de diversas fontes, que permitem ao pesquisador a coleta de dados recentes relevantes ao tema, a fim de analisar profundamente o fenômeno pesquisado.

A pesquisa documental se difere da pesquisa bibliográfica unicamente pela natureza das fontes. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174), estas podem ser feitas no momento em que os fatos ou fenômeno ocorrem, ou logo após. Dessa forma, a pesquisa documental consiste no tratamento analítico de materiais que ainda não foram explorados e que podem ser reelaborados de acordo com a pesquisa, documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. No que diz respeito ao instrumento de coleta de dados, foi elaborado um roteiro a partir das questões norteadoras do estudo, que pode ser identificado no apêndice A.

1.1.5 Universo e amostra

Entende-se por universo o conjunto ou população de determinado lugar, e a amostra é uma estimativa dessa população (GIL, 2007). Amostragem na pesquisa, é uma pequena parte de elementos que compõem o universo, na qual o pesquisador seleciona uma pequena parte da população para estudar, recorrendo aos princípios da seleção da amostra para sua justificativa.

Assim, para coleta de dados será utilizada a amostra não probabilística do tipo intencional. A característica da amostragem não probabilística é a de que, não fazendo uso de formas aleatórias e seleção, torna-se impossível a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo, por exemplo, entre outros, de erros de amostra. Dito de outro modo, não podem ser objetos de certos tipos de tratamentos estatísticos

(MARCONI; LAKATOS, 2002). A amostra da pesquisa se caracterizou como intencional, pois esta possibilita a escolha dos materiais que vão constituir a amostra, tendo em vista os objetivos do estudo.

Deste modo, o universo desta pesquisa compreende o conjunto de livros, artigos, teses, dissertações e documentos que tratam da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para composição da amostra, foram classificados artigos publicados nas áreas do Serviço Social, Psicologia, Direito, Sociologia, Antropologia e Saúde. Considerando que a pesquisa também é documental a amostra foi constituída a partir de documentos que abordam a temática de estudo a exemplo de relatórios de pesquisa, relatórios e reportagens de investigações policiais e vídeos disponibilizados na internet. Neste sentido utilizará documentos primários e secundários.

A constituição da amostra observou o recorte temporal compreendido entre os anos de 2008 a 2019. O ano de 2008 se justifica pela criação da Lei 11.829 de 25 de novembro de 2015, que altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/1990 - ECA, e “aprimora o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet”. As bibliografias e documentos foram localizados nas plataformas Scielo, Google Acadêmico, Google e Portal de Periódicos da Capes, considerando os seguintes descritores de pesquisa: “violência sexual contra crianças e adolescentes na internet”; “pornografia infantil na internet”; “crimes cibernéticos”; “crianças, adolescentes e o uso da internet”. Diante disso, foram selecionados duas (02) Teses de Doutorado, uma (01) Monografia, três (03) livros eletrônicos (PDF), e treze (13) artigos, todos em (PDF). Quanto aos documentos, um (01) Relatório de Pesquisa da UNICEF (PDF), duas (02) Reportagens em jornal online e um (01) documentário (Youtube). Como pode ser observado no quadro 1:

Quadro 1: Amostra da pesquisa (coleta de dados)

Referência	Autor/a	Ano	Tipo de produção	Área do conhecimento	Meio de divulgação (imp. ou online)
Tese Doutorado					
Violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pela tecnologia da	Maria E. A. Nobre Bretan	2012		Direito	Google Acadêmico

informação e comunicação: Elementos para a prevenção vitimal					
Sexting na adolescência: Análise da rede de enunciações produzidas pela mídia.	Suzana da Conceição de Barros	2014		Ciências	Google Acadêmico
				Total	2
Monografia					
Trabalho infantil sexual na era digital: o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na rede mundial de computadores	Danilo Oliveira Neto	2019	TCC	Direito	Google Acadêmico
Livros					
Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil.		2018	Livro eletrônico		Google - Online
Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Escola de Magistrados Investigação e prova nos crimes cibernéticos. São Paulo: EMAG, 2017.		2017	Livro – caderno de estudos	Direito	Google - Online
Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. Crimes cibernéticos / 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal. Brasília : MPF, 2018.		2018	Livro - coletânea de artigos	Direito	Google - Online
				Total	3
Artigos					

Fonte: Sistematização da autora, 2019.

A superexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais: necessária cautela no uso das novas tecnologias para a formação de identidade.	Marília do Nascimento Pereira	2013		Direito	Google Acadêmico
Sexualidade e tecnologias	Ana Sfoggi, Clarice Kowacs	2014		Psicologia	Google Acadêmico
Desenvolvimento da sexualidade na geração digital	Evelyn Eisenstein	2013		Saúde	Google Acadêmico
A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais	Laura Lowenkron	2013		Antropologia	Portal Periódicos Capes
O direito da criança e do adolescente e os riscos do cyberbullying e do sexting no ambiente digital: Realidade ou exagero?	Andrio Porto Daniela Richer	2015		Direito	Google Acadêmico
Crianças e adolescentes internautas como alvo da criminalidade online: Pedofilia e pornografia na internet	Laura Pereira do Nascimento Rosane Leal da Silva	2014		Direito	Google acadêmico
Perfil psicológico e comportamental dos agressores sexuais de crianças	Antônio de Pádua Serafim et. al.	2009		Psicologia	Google acadêmico
O sexting e o dispositivo da sexualidade	Suzana da C. Barros, Paula R. Ribeiro	2016		Educação	Google acadêmico
Pedofilia e mídia: Representações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes	Ceci V. Noronha, Andrija Almeida	2010			Google acadêmico

O show do eu	Paula Sibilía	2008		Antropologia	Google acadêmico
As tecnologias da informação e comunicação na (des)construção das relações humanas contemporâneas: implicações do uso do aplicativo Tinder	Rafael Santos de Oliveira. Bruno Mello Corrêa de Barros. Gil Monteiro Goulart	2016		Direito	Google acadêmico
				Total	13
DOCUMENTOS					
Pesquisa-Caretas adolescentes e o risco de vazamento de imagens íntimas na internet	UNICEF- UNB	2018			Google - Online
Operação contra pornografia infantil	(Isabel Alves) Reportagem Observatório 3º setor	2019			Google - Online
Pequenos em perigo: Aumenta o tráfico de crianças no mundo	Reportagem Observatório 3º setor	2019			Google - Online
O silêncio do homens	Documentário	2019			Youtube

1.1.6 Análise e Tratamento dos Dados

Os dados coletados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, que consiste num conjunto de técnicas que visam obter a descrição do conteúdo de mensagens, por procedimentos técnicos, permitindo conhecimentos relativos destas mensagens. Esse método de análise de conteúdo se dá em três fases. A primeira fase é a pré-análise. Já a segunda fase é a exploração do material. A terceira e última fase, é o tratamento dos resultados (BARDIN, 2009).

A pré-análise consiste em sistematizar as ideias iniciais, é à fase da organização do material. “Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses

e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (BARDIN, 2009, p. 95). Para isso a pré-análise percorre algumas etapas para sistemática dos documentos sendo elas: a) Leitura flutuante: é o contato inicial com os documentos da coleta de dados, as primeiras aproximações com os textos e demais materiais. b) Escolha dos documentos: consiste na definição do conteúdo de análise; c) Formulação das hipóteses e objetivos: a partir da leitura inicial dos dados; d) Elaboração de indicadores: visa a interpretação dos materiais coletados.

A segunda etapa da análise consiste na exploração do material, ou seja, na estruturação das operações de codificação do material, que de acordo com Bardin (1997), se efetua por recorte, agregação e enumeração, que permitem apresentar informações e características precisas dos conteúdos dos textos. Por fim, tem-se a terceira fase, que se caracteriza pelo tratamento dos resultados encontrados na pesquisa. Esta se baseia na inferência e interpretação do conteúdo encontrado para responder a análise da pesquisa de maneira significativa.

1.1.7 Socialização dos Resultados

A socialização do presente trabalho ocorrerá, além de sua apresentação do para a banca avaliadora, através da disponibilização do mesmo para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Casa de Acolhida do município de São Borja, também na medida do possível o trabalho ficará à disposição de instituições que trabalham com a prevenção dos direitos da criança e do adolescente como por exemplo, Centro de Referência de Assistência Social (cras) Centro de Formação Teresa Verzeri, Conselho Tutelar e escolas. Outro modo de socialização é da publicação do trabalho em eventos científicos e periódicos. Além disso, o trabalho ficará disponível na biblioteca da Unipampa, por meio do repositório online.

2 AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E

ADOLESCENTES: EM DESTAQUE A VIOLÊNCIA SEXUAL

O presente capítulo tem por objetivo traçar algumas reflexões acerca da violência, mais especificamente a violência sexual contra crianças e adolescentes. É importante salientar que não se encontrará aqui, uma discussão histórica sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, nem mesmo destes sujeitos, tendo em vista que muitos trabalhos já publicados trazem essa contextualização.

O capítulo está dividido em dois itens de discussão. Sendo que no primeiro item, busca-se de modo mais conceitual, discorrer sobre algumas expressões e características da violência que incidem diretamente no cometimento da violência sexual. Na sequência, enfatiza-se a violência sexual a partir dos seguintes desdobramentos: Abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.

2.1 A violência e suas expressões

Com as transformações na legislação, a concepção do ser criança na família foi alterada, conquistando um novo lugar, agora reconhecidas como sujeitos de direitos. Nessa nova concepção, apreendeu-se que crianças e adolescentes precisam ter suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, caracterizando um atendimento integral e integrado (ECA, 1990). Ainda, enfatiza-se que;

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990, s/p.).

Entretanto é importante destacar, que além deste potencial estabelecido para desenvolvimento das crianças dos/as adolescentes na família, são também nestes espaços, instituições e relações socialmente estabelecidas que se encontram os principais autores da violência contra o segmento infantojuvenil, tendo em vista que muitos contextos familiares estão particularmente expostos a tensões externas que fragilizam seus vínculos, tornando-os mais vulneráveis (BRASIL, 2006).

Desta maneira, a violação dos direitos da criança e do/a adolescente vem a

ocorrer por motivos diversos, principalmente no seio familiar, e/os nas relações que os responsáveis adquirem.

Assim, a violação de direitos que tem lugar no seio da família pode refletir, ainda que não necessariamente, também uma situação de vulnerabilidade da família diante dos seus próprios direitos de cidadania, do acesso e da inclusão social. Depreende-se que o apoio sócio-familiar é, muitas vezes, o caminho para o resgate dos direitos e fortalecimento dos vínculos familiares. Levando isto em consideração, cabe à sociedade, aos demais membros da família, da comunidade, e ao próprio Estado, nesses casos, reconhecer a ameaça ou a violação dos direitos e intervir para assegurar ou restaurar os direitos ameaçados ou violados. Para que isso ocorra, de maneira eficiente e eficaz, algumas condições devem ser satisfeitas (BRASIL, 2006, p. 35).

Considerando que as mais diversas formas de violência que vitimizam crianças e adolescentes ocorrem no ambiente familiar é importante salientar que a violência doméstica ocorre entre pessoas que não mantêm vínculos consanguíneos ou afetivos enquanto que, a violência Intrafamiliar ocorre entre pessoas com vínculos consanguíneos e/ou afetivos, havendo, em comum, entre estas modalidades o espaço doméstico (SAFFIOTI, 2001).

Segundo o Atlas da Violência (2018), o número de estupros de crianças e adolescentes em 2016 atingiu 68% dos casos notificados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Crianças até 13 anos são o público mais vulnerável, concentrando 50,9% das notificações, seguido de adultos (32,1%) e de adolescentes, entre 14 e 17 anos, (17%). O levantamento, que é realizado anualmente, aponta que quase um terço dos agressores de crianças são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos como pais, mães, padrastos e irmãos, e que a maioria das violências ocorrem mais de uma vez.

A pesquisa ainda aponta, que os homens são os principais perpetradores das violências sexuais contra estes grupos, e que isso pode ser reflexo da afirmação de uma identidade masculina hegemônica, marcada pelo uso da força, provas de virilidade e exercício de poder sobre outros corpos. Portanto, faz-se necessário problematizar a situação, já que este reflexo se dá com a cultura do machismo impregnada na sociedade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Os dados apresentados acima remetem a importância de trabalhar a relação da violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir do gênero³, uma vez que esse fator também recai sobre a desvalorização destas. Percebe-se que, mesmo com

³ Esse debate será realizado no capítulo três (03).

os avanços da legislação no que concerne a atenção e proteção as crianças e adolescentes ainda são presenciados fatos e práticas que corrompem esses direitos, tendo por base que ainda são visualizados números estarrecedores de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e das mais diversas formas de violência, sem contar que muitas vezes essas práticas violentas não são nem notificadas.

A violência na sociedade é tida como um ato de brutalidade, de abuso físico e/ou psíquico contra alguém, que se caracteriza através de relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e terror. A violência trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos (CHAUÍ, 1999).

A violência pode ser explicada por meio da transformação dos sujeitos desejantes e racionais em meros objetos, desconsiderando-se sua sensibilidade, liberdade e racionalidade, e explicitando a força das relações de poder assimétricas, dando sustentação às diversas manifestações de violência, nas quais se inserem o abuso sexual e a exploração sexual (CHAUÍ, 1999, s/p).

Para autora, todo ato de violência se contrapõe à ética porque, utiliza da força e/ou do poder para abdicar o desejo do outro, envolve atos contra a liberdade e a vontade de outrem, por meio da tortura, do constrangimento, da coação e do medo, ainda, viola a natureza do ser humano e age como um ato transgressor ao direito do outro (CHAUÍ, 1999).

Deste modo, a violência está evidente, escondida e latente, é um fenômeno eminentemente complexo e histórico, no sentido de que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. Pode atingir um indivíduo isolado uma coletividade inteira, selecionar uns e esquecer outros (IANNI, 2002).

Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. [...] sob vários aspectos, os atos de violência revelam aspectos recônditos, insuspeitados e fundamentais de como se formam e transformam os jogos das forças sociais, as tramas das formas de sociabilidade, levando indivíduos e coletividades como em um vendaval em fúria (IANNI, 2002, p. 09).

Cabe destacar que a sociedade moderna em si, trouxe consigo novas formas e técnicas de violência, desde as mais simples às mais sofisticadas, formas de violência, antigas e recentes, conhecidas e desconhecidas adquirindo características novas, insuspeitadas e crescentemente brutais. Como se o progresso, a civilização, a

sociedade informática e o mundo sem fronteiras fossem simplesmente metáforas enganosas, para encobrir as desigualdades cotidianas (IANNI, 2002).

No estudo que se pretende desenvolver, que tem como tema central a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir do uso da internet, as reflexões apresentadas pelo autor são pertinentes, haja vista que o emprego das tecnologias e o uso de novas técnicas vêm sendo empregadas para vitimizar crianças e adolescentes. Um exemplo desta modernidade, são os casos de pornografia infantil que vêm demonstrando um crescimento a partir do uso da internet, fato que se observará mais adiante.

Tendo em vista que a realidade é complexa e dinâmica, os conceitos apresentados podem ter suas limitações, ou seja, há situações de violência que não se encaixam em determinadas explicações, e por isso demandam permanentemente novos estudos que possam se aproximar e desvendar suas novas características, considerando as situações reais e concretas vividas pelos sujeitos. Além disso, considerando a complexidade que envolve a violência, é preciso unir profissionais de diferentes áreas que possam contribuir na análise e intervenção diante das mais variadas formas de sua manifestação.

O Assistente Social atua na prática cotidiana com diversas situações de violência, seja as que ocorrem nas ruas, seja as que se manifestam no meio familiar. Tais situações, devido à complexidade dos processos sociais que as envolvem, desafiam a intervenção profissional, demandando conhecimentos e competências para o exercício profissional nesta área. Muitas vezes, os auxílios de referenciais teóricos-metodológico são insuficientes para uma ação que permita uma compreensão da situação, uma explicação do fenômeno e uma atuação segura. Faz-se urgente olhar com outros olhos, outros referenciais, acolher outras explicações que permitam complexificar o estudo e/ou a pesquisa. Assim, estudar a "violência", compreendendo-a em suas determinações de ordem histórica e cultural, permite um percurso interessante e necessário para desmistificar uma questão que, embora pareça ser algo que os tempos "pós-modernos" nos trazem, mostra ser inerente a espécie humana (SCHMICKLER, 1998).

Portanto, não existe uma única forma de compreender a violência, mas sim várias, tendo em vista que cada área do conhecimento terá uma percepção, irá focalizar num determinado aspecto, numa determinação como, por exemplo, as ciências sociais a qual trabalhará as determinações sociais e políticas, a saúde

trabalhará as determinações psicológicas, biológicas da inserção do sujeito na sociedade, assim a violência requer uma apreensão multidimensional e multideterminada, não aceitando uma perspectiva unívoca.

Salienta-se, que a violência é um fenômeno complexo e resultado de diversas determinações e/ou mediações. Genericamente, é possível identificar fatores culturais, econômicos, políticos e sociais na produção e reprodução das mais diversas formas de violência. Conseqüentemente, não se pode desconsiderar a violência estrutural e a violência social como processos que colaboram com às desigualdades sociais, promovidas por um sistema social injusto e gerador de exclusão social, dão sustentação as violências nas quais também se inserem o abuso sexual e a exploração sexual (LIBÓRIO, 2003).

A existência da violência estrutural se apresenta como um processo histórico que exclui uma grande massa, isola uns dos outros e engendra uma relação desigual entre pares, que potencializa o agravamento das disparidades sociais, como; pobreza, fome, mendicância, desemprego etc., além de fortalecer o preconceito e a intolerância. A violência estrutural é, portanto, gerada por instituições e estruturas organizadas de forma oculta e naturalizada, que se manifesta por meio da exploração e da opressão dos indivíduos de forma dissimulada e ideológica, tal violência se expressa sobretudo de esquemas de dominação de classe, grupos e por força do Estado (NETO; MOREIRA, 1999).

Conseqüentemente a violência social é mais dirigida a grupos sociais desprovidos de condições mínimas de sobrevivência, grupos que predominantemente se encontram nas periferias e lugares onde há pouca atuação do Estado, além disso essa forma de violência é perpetuada, muitas vezes pela condição de gênero, raça/etnia e classe social (LIBÓRIO, 2003). Percebe-se que a violência envolve diversos fatores que levam a cometê-la, por isso não cabe defini-la num único conceito, além disso quando se fala da violência sexual, é importante salientar que está perpassa diferentes formas que inclui outras violências. Desse modo o próximo item discorrerá sobre a violência sexual, a partir dos seguintes desdobramentos: Abuso sexual e exploração sexual.

2.2 As práticas abusivas e/ou de exploração sexual de crianças e adolescentes

A violência sexual contra crianças e adolescentes é aquela praticada contra sujeitos que, ainda estão em fase de crescimento e desenvolvimento. Caracteriza-se como — todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à criança e adolescente vítimas (BRASIL, 2013, p. 22).

Conforme o conceito citado acima, a violência sexual infantil se caracteriza por ser uma relação desigual entre um adulto e uma criança, por meio da qual o adulto utiliza a criança como um verdadeiro objeto sexual e para configurar a violência sexual, o ato praticado não precisa necessariamente ser violento. É perfeitamente possível que uma criança seja violentada e não apresente danos físicos visíveis, mas apresente danos psíquicos e morais.

Para os autores Faleiros e Faleiros (2008) a violência sexual é um ato delituoso contra crianças e adolescentes, que nega o direito pleno do desenvolvimento, em especial da sexualidade. É um crime horrendo que destrutura a identidade da vítima de forma perversa e gera inúmeras consequências, como por exemplo:

- a) deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;
- b) confunde, nas crianças e adolescentes violentados, os papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; perde-se a legitimidade da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;
- c) inverte a natureza das relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente, tornando-as: desumanas em lugar de humanas; negligentes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; controladoras em lugar de libertadoras; perversas em lugar de amorosas; destruturadoras em lugar de socializadoras;
- d) estabelece, no ser violentado, estruturas psíquicas, morais e sociais deturpadas e destruturantes, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 39).

Dessa maneira, a violência sexual contra crianças e adolescentes se caracteriza entre duas formas: *Abuso sexual* e *Exploração sexual*. É importante salientar que o conceito e as concepções da exploração sexual de crianças e adolescentes vêm evoluindo nos últimos anos. Durante muito tempo a presença de crianças no comércio sexual confundia-se com a prostituição infantojuvenil. Portanto,

o termo prostituição de crianças e adolescentes vem sendo extinguido das documentações e substituído por outras nomenclaturas, pois entende-se que o segmento infantojuvenil não escolhe estar nessa atividade, mas são levados a praticá-la devido a inúmeros determinantes e trajetórias de vidas, sendo induzidas por adultos. Além do mais cabe ressaltar que o apelo da sociedade de consumo, os pressiona a sentirem-se pertencentes, e que para isso precisam ter dinheiro e condições para satisfazerem suas necessidades (MELLO; FRANCISCHINI, 2010).

Os aspectos evidenciados acima também estão implicados nas relações desiguais de poder, de gênero, classe social e faixa etária. Os adultos se aproveitam da vulnerabilidade da criança e do adolescente e sua dificuldade de reagir aos ataques para continuarem cometendo a violência (LIBÓRIO; CASTRO; SAKOTANI, 2013).

O abuso sexual pode ser compreendido como todo ato sexual, relação heterossexual ou homossexual, acometido entre um ou mais adultos e uma criança ou um adolescente, com ações sem ou com contato físico, e com a intenção de busca da satisfação sexual (AZEVEDO; GUERRA, 2007).

Segundo Libório (2013), o abuso sexual envolve o uso de uma criança ou adolescentes para gratificação sexual de um adulto, através do uso de poder, coação e/ou sedução, e abrange carícias, manipulação de genitália mama ou ânus. E pode se expressar pelo contato físico, através de relações sexuais com penetração vaginal, tentativa de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e penetração anal e/ou sem contato físico (voyerismo, o exibicionismo, conversas abertas sobre relações sexuais e telefonemas obscenos) relação da qual a criança é incapaz de consentir, haja vista se tratar de uma pessoa em desenvolvimento, que não possui plena capacidade de discernimento.

No abuso sexual trata-se de uma relação pessoal, intersubjetiva, sexualizada, íntima, privada (intra ou extrafamiliar); na exploração sexual a relação é mercantil, mediatizada por redes do mercado do sexo, que exploram economicamente a mão de obra visando lucro, nas formas de prostituição, pornografia, turismo sexual, tráfico de pessoas para fins sexuais (FALEIROS; RADICCHI, 2010, p. 35).

Sendo assim, observa-se que a principal diferença entre abuso sexual e a exploração sexual infantil é o caráter mercantil/financeiro que está presente no último, ou seja, a própria natureza da relação que existe entre o agressor e a criança ou adolescente. Portanto, a exploração sexual infantojuvenil é uma forma de violência sexual, porém, se diferencia do abuso sexual por ter como uma das suas principais

características o caráter mercantil da relação. Esta forma de violência é praticada por pessoas, redes e usuários que se utilizam do corpo de uma criança ou de um adolescente para tirar proveito de caráter sexual, com base numa relação de exploração comercial e de poder, revelando-se como um crime contra a humanidade (MELLO; FRANCISCHINI, 2010).

A exploração sexual de crianças e adolescentes, muitas vezes ocorre em troca da proteção, em troca de um lugar para dormir, em troca de comida, de acesso a diversas mercadorias [...]. O fator da remuneração distingue a exploração sexual do abuso sexual de uma criança, no qual o ganho comercial é aparentemente ausente, apesar de que a exploração também é uma forma de abuso. Ao mesmo tempo, deve ser observado que há uma relação muito evidente entre as formas não comerciais de abuso sexual e o aumento da vulnerabilidade da criança abusada à exploração sexual. Deste modo, a exploração sexual de crianças e adolescentes constitui em práticas criminais que depreciam e ameaçam a integridade física e psíquica destas (LIBÓRIO; CASTRO; SAKOTANI, 2013).

Paras as autoras Leal e Leal (2002) a exploração sexual comercial, por seu caráter econômico, deve ser estudada e compreendida no contexto do sistema capitalista e da sociedade de consumo globalizados e em suas articulações com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre. Tendo em vista que essa forma de violência ocorre em um mercado específico (mercado do sexo). Esse mercado se mantém de maneira profundamente articulada entre o comércio do sexo e a indústria pornográfica, sendo sustentado, principalmente, pelo lucro gerado na exploração do trabalho sexual de mão-de obra infantojuvenil e adulta.

O mercado do sexo é um mercado clandestino e ilegal, que funciona fora das normas legais de funcionamento comercial, sem registro, pagamento de impostos ou emissão de notas fiscais. Esse mercado abarca empresas do mercado do sexo que tendem a funcionar com uma cobertura legal e um nome de fantasia que não correspondem à verdadeira atividade comercial ou aos serviços de fato ofertados. Muitas delas são: boates, bares noturnos, hotéis e pousadas, agências de modelos, agências de viagem e de turismo, entre outros. É interessante notar que a clandestinidade do mercado do sexo é de certa forma ambígua, pois as “mercadorias” comercializadas são altamente expostas (LEAL; LEAL, 2002).

Neste sentido, pressupõe dizer que com o surgimento e a rápida expansão do sexo via Internet levaram à compreensão de que a pornografia infantojuvenil, o

turismo sexual e o tráfico e venda de pessoas para fins sexuais são também formas de exploração sexual de crianças e de adolescentes no extremamente organizado mercado de produção e comercialização de “mercadorias” sexuais. Desde modo, estas formas de violação serão apresentadas a seguir.

A pornografia infantojuvenil, conforme a difusão dos meios de informação e comunicação, em especial a internet, tem se tornando cada vez mais consumida, produzida e disseminada isso porque a facilidade do ciberespaço proporciona um alcance inimaginável. No que tange a violência sexual contra crianças e adolescentes este novo espaço proporciona a sua proliferação, tendo em vista o grande e rápido alcance e a possibilidade de anonimato, que garante em muitos casos o contato ao vivo. Um exemplo disso são as redes sociais, que facilitam os encontros casuais com conhecidos virtuais, que se conectam por meio das salas de bate papo online ou de sites de encontros. Essas relações se tornaram mais acessíveis a partir da inovação dos telefones celulares, iphones, tablets e outros meios, fator esse que colabora para que crianças e adolescentes tenham contato com pessoas anônimas e desconhecidas do seu meio social, pois são através destes instrumentos que principalmente os/as adolescentes arranjam encontros com pessoas anônimas para se relacionar afetivamente e sexualmente.

Segundo Eva Faleiros e Vicente Faleiros (2008, p. 43-44) a pornografia infantil é assim definida:

Trata-se da produção, exibição (divulgação), distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico. A pornografia encontra-se presente não só em material normalmente considerado pornográfico (fotos, vídeos, revistas, espetáculos), mas também na literatura, fotografia, publicidade, cinema, quando apresentam ou descrevem com claro caráter pedófilo situações envolvendo crianças desejadas, expostas e usadas sexualmente por adultos.

A pornografia infantojuvenil na internet atualmente é um dos mais graves problemas a ser enfrentado pela sociedade, em nível nacional e internacional. O rápido desenvolvimento desta nova modalidade de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tem facilitado a ocorrência da violência. Por ser um negócio extremamente rentável o comércio da pornografia infantojuvenil envolve desde esquemas amadores até redes criminosas de alta complexidade, além disso por se tratar de um

crime cibernético, em âmbito mundial, seu enfrentamento se depara com enormes dificuldades operacionais e legais (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Nesta perspectiva faz-se necessário discutir essa sensação de liberdade que a internet apresenta, haja vista que crianças e adolescentes por possuírem pouco espaço de fala na sociedade, encontraram na internet um espaço para manifestação, sem hierarquia, sem poder de mando e sem controle. Considerando que o ambiente virtual proporciona diversão, encontro com seus pares, liberdade e contato com diversas pessoas, sem necessariamente conhecê-las.

Outra forma de exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre por meio do turismo sexual. Segundo os autores Vasconcelos, Fucks e Ferreira (2013), o turismo sexual não é considerado um segmento da atividade turística, uma vez que sua prática está relacionada com a violação dos direitos fundamentais das pessoas, principalmente quando envolve crianças e adolescentes. Dessa forma, a exploração sexual no contexto do turismo é aquela que ocorre através de visitantes, estrangeiros ou nacionais, que geralmente viajam aos locais de grande fluxo turístico com o objetivo de obter relações sexuais com crianças e adolescentes. Frequentemente, essa prática ocorre com a cumplicidade ou omissão dos estabelecimentos ligados ao turismo.

A maioria das crianças e adolescentes exploradas no turismo sexual, em geral são pouco escolarizadas e vivenciaram e/ou vivenciam situações de negligência, abandono, violência sexual, pobreza e exclusão. Mais do que em outras modalidades de exploração sexual, o turismo sexual é a atividade que mais responde, de forma imediata, às demandas das crianças e adolescentes pobres e excluídas por meio da inclusão social associada ao consumo, como o acesso a roupas, celulares, festas, bares, hotéis, restaurantes, shoppings dentre outros (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Portanto, esse modo de exploração sexual no contexto do turismo está relacionado principalmente, às questões econômicas, sociais e culturais, como a pobreza e a falta de oportunidades de trabalho. Seu enfrentamento requer uma ação conjunta do governo, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, no sentido de discutir e implementar ações de prevenção e proteção às crianças e adolescentes vítimas desse tipo de crime (VASCONCELOS; FUCKS; FERREIRA, 2013).

O tráfico e venda de pessoas para fins sexuais é um movimento clandestino e ilícito de pessoas por meio de fronteiras nacionais e internacionais, principalmente dos países em desenvolvimento e de alguns países com economias em transição, com o objetivo de forçar mulheres crianças e adolescentes a entrar em situações

sexualmente e/ou economicamente opressoras e exploradoras, como forma de obtenção de lucro dos aliciadores, traficantes e do crime organizado. Esses sujeitos são colocados muitas vezes em atividades de trabalho doméstico forçado, emprego ilegal, falsa adoção, casas de prostituição etc, passando ainda por diversas formas de agressões, engano, coerção, fraudes e ameaças, ou seja, são colocados em situações similares à escravidão (MELLO; FRANCISCHINI, 2010).

Essas redes de tráfico de pessoas para fins sexuais costumam tramitar as atividades clandestinas e criminosas através de cobertura legal dos estabelecimentos com o uso de nomes fantasia que não correspondem à verdadeira atividade comercial ou serviços ofertados, dentre estes podem ser: agências de modelos, agências de viagens, empresas de turismo, ofertas de trabalho e emprego e também mais raramente, por agências de adoção internacional (LEAL; LEAL, 2002). Esse modo de atuar e os esquemas de segurança do crime organizado, do qual fazem parte as redes de tráfico, tornam aparentemente invisível essa modalidade de exploração sexual.

Dessa forma, evidencia-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes se apresenta no cotidiano destes sujeitos permeada por múltiplos fatores que incidem diretamente na sua ocorrência, sob as mais diversas formas. O próximo capítulo discorrerá sobre os diferentes processos que envolvem o debate da violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista que a ocorrência dessa violência não se dá a partir de um único conceito ou contexto.

3 OS DIFERENTES PROCESSOS QUE ENVOLVEM O DEBATE DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No capítulo que segue, considerando as várias facetas que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes, faz-se necessário versar sobre elementos centrais que incidem diretamente no cometimento da violência sexual infantojuvenil.

Deste modo, o primeiro item deste capítulo trabalha com a concepção de sexualidade dentro do âmbito privado, uma vez que os números apontam que os maiores perpetrados da violência sexual se encontram dentro dos lares das crianças e adolescentes. Além disso, pelo fato de que muitos trabalhos que versam sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes não abordam esse aspecto – observação esta realizada durante a fase exploratória da pesquisa –, considerado fundamental na constituição dos sujeitos e que ajuda explicar muitos de seus atos/atitudes.

Outro fator importante a ser considerado é a pornografia, bem como a pornografia infantil tendo em vista ser um tipo de exploração sexual que vem ganhando bastante visibilidade a partir do uso da internet, conforme os próprios resultados da pesquisa apontam⁴. Também é problematizada a categoria pedofilia, visto que muitos casos de pornografia infantil estão relacionados e ela e também pelo fato de que ambas são confundidas, fazendo com que muitos casos de pornografia infantil sejam imediatamente associados a pedofilia, identificando os sujeitos abusadores/exploradores como pedófilos.

O segundo item do capítulo fará uma discussão sobre o mercado do sexo, considerando o capitalismo atual. Essa discussão torna-se necessária pois o comércio de pornografia infantil, por exemplo, tem se constituído num dos mercados ilegais mais lucrativos do momento, são sites que recebem milhões de visitas diariamente, gerando lucros imensuráveis, esses meios acabam se tornando fonte de atração para aqueles que buscam satisfazer suas necessidades sexuais por meio da pornografia infantojuvenil além disso, quanto mais perversos são os atos violentos mais se paga pelo consumo. As relações nesse processo de mercantilização, converte o ser humano em forma de objeto e os impulsiona a sobreviver apenas para gerar lucro, os tornando dispendidos de sua subjetividade.

No último item do capítulo faz-se uma reflexão sobre a evolução da internet

⁴ Estes dados serão apresentados no capítulo 4, item 4.2.

como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e os crimes através dela perpetrados, e por fim como a legislação tem respondido perante a estes atos.

3.1 Sexualidade, pornografia infantil e pedofilia: discussões necessárias para o desvendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Quando se fala de violência sexual contra crianças e adolescentes, a mesma pode ser analisada e compreendida a partir de inúmeras determinações que a constituem, como por exemplo, a desigualdade geracional, de gênero, de raça/etnia, de classe social, entre outras que historicamente foram se constituindo. Entende-se como necessário um debate em torno da sexualidade na sociedade, pois esta faz parte das relações sociais e, historicamente foi reprimida e ajustada aos moldes das relações de dominação e poder, sendo alvo de repressões e tabus. Mesmo que de forma bastante breve, evidencia-se como a sexualidade esteve representada ao longo do processo histórico para assim compreender a dificuldade de se falar sobre sexo e sexualidade, ainda nos dias atuais, o que repercute, por exemplo, na ocorrência da violência sexual infantojuvenil.

A construção da sexualidade se instituiu como uma esfera social de valores e regras próprias. A sexualidade na sociedade ocidental, durante séculos, referiu-se ao sexo a partir da moral cristã. Perante isso as manifestações da sexualidade se determinaram em examinar a consciência, vigiar e confessar⁵. As proibições faziam parte desse processo. Neste sentido, a sexualidade foi internalizada para o centro da família e as regras foram assumidas pelo casal procriador, onde a função era garantir a reprodução. Segundo Freud (1927, p.73) “Não devemos esquecer, contudo, que na família primeva⁶ apenas o chefe desfrutava da liberdade instintiva; o resto vivia em opressão servil⁷” (FREUD, 1927).

⁵ Através do Manual do confessor, a igreja controlava o comportamento dos casais, tornando o casamento algo despido de conteúdo erótico e sexualizado. Na família patriarcal o controle da sexualidade feminina sempre esteve presente, no sentido de regulamentação da procriação, para fins de herança e sucessão (PRIORE, 2016).

⁶ Família Primeva refere-se à família primitiva.

⁷ Para Engels (1984) a expressão família tem o mesmo significado, além disso, foi uma expressão criada pelos romanos para definir um novo organismo social que nasce entre as tribos latinas, ao serem inseridos à agricultura e à escravidão legal. Este novo organismo configura-se pela presença do chefe que mantinha sob sua autoridade e poder a mulher, os filhos e alguns escravos/a, onde o chefe tinha poder sobre a vida e morte de todos eles.

Sobre o assunto sexualidade, a fala é negada e o segredo passa a vigorar. A mulher por sua vez era responsável pelos cuidados do lar, do marido e dos filhos/as. Com a urbanização das cidades a vida da mulher casada se aburguesava e a sexualidade reprimida dava lugar ao consumo, o quarto do casal passava a se valorizar, as casas iam ganhando diversidade, os quartos ganham praticamente um altar, uma cômoda com santos e um crucifixo na beira da cama, a vida da mulher casada se resumia na maternidade e no casamento (PRIORE, 2016). “As crianças, por exemplo; sabe-se muito bem que não tem sexo: boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele” (FOUCAULT, 2010, p.10).

A mesma lógica perpetuou-se no Brasil. Entre o fim do século XIX início do século XX, a sexualidade sofre uma transição, passa a distanciar-se do cunho religioso (dos valores morais da igreja)⁸, e adentra na obsessão da medicina. Os médicos passam a controlar a sexualidade da mulher, e o interesse pelos corpos começou a fazer parte de várias teses médicas. Neste momento, surgem várias teses na área da saúde, passando a condenar os excessos (as paixões eram ruins, os amores são desenfreados e sem limites), pois era importante que não houvesse nenhum desgaste na relação sexual, e o homem deveria poupar-se de grandes esforços.

Com isso, uma nova ordem se instaura, da normalização higiênica, com base na higienização dos corpos, e no controle da ciência sobre pessoas com prática sexual desviante. O exagero e a anormalidade passaram a fazer parte do controle médico e os primeiros tratados médicos vão surgindo, um deles referia-se, que a homossexualidade deveria ser tratada como doença de anormalidade. Visto que nesse momento muitos homossexuais começam a ser perseguidos, pois a reposta da sociedade também foi de anormalidade (PRIORE, 2016).

Ainda sobre a sociedade burguesa, o discurso da sexualidade se encaminhou para o centro das hipocrisias. Em que forçada a algumas concessões, precisou dar lugar a sexualidades ilegítimas. Ou seja, aqueles que se dedicavam a buscar os prazeres proibidos encontram nos bordéis⁹ sua satisfação. Considerando que, os homens sempre tiveram suas vidas fora do casamento, posto pela dupla moral - em casa

⁸ É por isso que a igreja, através da legislação eclesial, tratou a prostituição como uma transgressão sexual. E quem a praticasse era excomungado pela igreja e obrigado a submeter-se a um processo de purificação da alma e do corpo, sendo essas pessoas consideradas objeto excreto da sociedade, o que vem descortinar a relação entre sexualidade e repressão como vetor importante na compreensão da existência de lugares onde a sexualidade é exercida pela sociedade (LEAL, 2001, p.11).

⁹ Para Foucault (2010, p.10) esses lugares recebiam “a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histórica”

um comportamento e na rua outro comportamento, estes tinham o direito de desfrutar e buscar fora de casa, o que era considerado imoral aos olhos da sociedade, seguindo a concepção de que o sexo era simplesmente para reprodução (PRIORE, 2016).

Nestes lugares o sexo tornou-se livre, baseado no lucro. Fora disso, se faziam presentes o puritanismo e a repressão ao sexo se sustenta.

Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo, naqueles reduzidos ao mínimo, que lhes permitem reproduzir-se? O sexo e efeitos não são, talvez, fáceis de decifrar; em compensação, assim recolocadas, sua repressão é facilmente analisada. E a causa do sexo – de sua liberdade, do seu conhecimento e do direito de falar – encontra-se com toda legitimidade, ligada as honras de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro (FOUCAULT, 2010, p. 12).

A liberdade pessoal, que a sociedade burguesa desenvolveu na prática, em contraposição à servidão pessoal do feudalismo, é a expressão da concorrência livre entre os produtores de mercadorias. Liberdade de trabalho, liberdade de residência, liberdade de profissão, liberdade de lucro – em todos esses tipos de liberdade burguesa se expressa a “causalidade das condições de vida que o processo capitalista de produção criou na concorrência geral e na luta geral dos indivíduos entre si” (SILVA, 2010).

Com isso revela-se que a liberdade sexual esteve subordinada a determinação do modo de produção, desde os primórdios da ascensão burguesa. As manifestações concretas de liberdade sempre estiveram sob as regras que regem as relações materiais de produção em cada período do capitalismo. Junto a isso criou-se uma liberdade idealizada, ou seja, uma falsa liberdade que pode ser vista nas relações cotidianas até hoje, de forma que os efeitos mais óbvios das determinações sociais passam despercebidos pelos sujeitos, e se apresentam como resultados de suas decisões pessoais (SILVA, 2010).

Essa liberdade também pode ser vista nas novas tecnologias de informação e comunicação, por meio das novas comodidades de consumo em massa, que internaliza nos indivíduos uma falsa liberdade socialmente necessária, onde as pessoas buscam suprir suas necessidades através de mercadorias. Tão logo os meios de informação e comunicação se utilizam das pessoas para compra e venda de produtos como modo de suprir suas necessidades a qualquer custo, ou seja, o mercado oferece e as

peças estão prontas para satisfazerem suas demandas mais imediatas. Nessa relação também se estabelece o comércio da exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista que crianças e adolescentes são levadas a tais práticas para a satisfação dos adultos.

Entende-se que essa relação se torna ainda mais complexa para as crianças e adolescentes, pois na medida em que estas passam a vivenciar situações de violência sexual, seus direitos passam a ser infringidos enquanto sujeitos em processo de desenvolvimento. Além de terem seus corpos e sua sexualidade violados numa relação desigual de poder, subjugados ainda no contexto de gênero, etnia/raça e diversidades, por meio do patriarcalismo (instrumentos de poder de decisão do uso de força e sedução para o abuso).

Considerando todas as mudanças ocorridas na sociedade, devido ao modo como a sexualidade é vista e repassada de geração para geração, se não houver uma desconstrução do projeto de sexualidade vigente em nossa sociedade, não será possível a efetiva proteção de crianças e adolescentes vítimas da violência sexual e de outras formas de violência. O resgate da discussão da sexualidade em âmbito público possibilitará que todos repensem de maneira democrática a forma de resolver os conflitos relativos a essa questão em conjunto com o Estado, família e sociedade com a criação de políticas públicas dirigidas a este segmento¹⁰.

Infere-se que a escola é um espaço que pode contribuir com essa discussão. A escola é um lugar de sociabilização que pode abordar discussões acerca dos temas de gênero, sexualidade e corpo como modo de proporcionar experimentações positivas através de vários dispositivos. Isso envolve a construção de atividades escolares em que todos possam reconhecer e respeitar diferentes modos de ser, diferentes representações de masculino e feminino, diferentes modos de reconhecer e viver a sexualidade, diferentes possibilidades de manifestar seus desejos e aspirações em torno da sexualidade, assim como o respeito e a valorização do corpo.

¹⁰ O Plano Nacional de Enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes (2013, p. 47) prevê a Promoção de ações educativas/ formativas nos espaços de convivência de crianças e adolescentes para a prevenção ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes visando garantir os seus direitos sexuais, observando temas transversais como gênero, raça/etnia, orientação sexual etc. Ainda, garante o Fomento e financiamento da produção de estudos e pesquisas de natureza aplicada e prospectiva como subsídio para implantação/ implementação de programas, desenvolvimento de metodologias e ações voltadas para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como de enfrentamento das diversas configurações do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

Tão importante, a escola pode possibilitar fazer a crítica àquelas pedagogias que são postas em circulação por diversos meios culturais, que mostram a mulher como objeto de consumo; que fortalecem a ideia de que menina veste rosa e menino veste azul; que insiste em estereotipar os corpos; que mostra a figura masculina como símbolo de virilidade e domínio sobre os demais; que reforça a submissão da mulher em diversas atividades (sexuais, família, filhos, relações de trabalho)¹¹.

Quando se fala em sexualidade, pressupõe-se falar de intimidade e de relações afetivas. Por isso, é importante trabalhar a sexualidade de forma mais ampla na escola, tendo em vista que a falta de debate e reflexão crítica, aumenta a vulnerabilidade com relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), HIV/Aids, além do risco de uma gravidez precoce. Atualmente, apesar de se acreditar que temas relacionados a sexualidade estão sendo mais falados, muitas crianças e adolescentes não se sentem à vontade para expor dúvidas ou sentimentos, e muitas delas/es não conseguem identificar situações de abuso e exploração sexual.

É notável que o acesso ao conhecimento promove a capacidade de mudar visões distorcidas ou negadas sobre sexo e sexualidade, sem, contudo, substituir a família, porque a criança não chega à escola sem ideias, mas sim com diversas inscrições acerca destes temas. Para tanto a escola deve facilitar o acesso ao material informativo sobre a sexualidade e dispor de bibliografia adequada à idade em que se encontram as crianças e adolescentes. Com base no diálogo exercido naturalmente para o desenvolvimento da relação adulta, e para o contato com o outro.

Além disso, a educação sexual estimula a troca de ideias e possibilita mudanças nas relações sociais, superando, assim, o machismo, os preconceitos, os valores morais etc. Tendo em vista que esse novo contexto educacional é marcado pela diversidade e pelas demandas de respeito e inclusão, é tarefa da escola cuidar para que não se produzam situações de desigualdade e restrição de oportunidades de aprendizagem por conta dos marcadores de gênero e sexualidade. Ao fazer isso, a escola educa para a vida no espaço público, local onde o respeito pela diversidade deve ser a regra (SEFFENER, 2011).

¹¹ Não se pode deixar de considerar que as questões de gênero, sexualidade e corpo, se configuram como um campo de lutas atravessadas por relações de poder, que estão presentes dentro e fora da escola, reforçadas a todo momento por vários meios de interação social. Visto que todas essas relações são fruto de uma construção social e histórica, determinadas por posições de poder e influenciadas por discursos e artefatos culturais (SEFFENER, 2011).

Outro debate necessário junto ao público infanto-juvenil é sobre pornografia e pornografia infantil, pois, de posse de tantas tecnologias, como computadores, tablets, celulares, smartphone etc, o acesso a esse tipo de conteúdo ficou mais facilitado. Além disso, como evidenciado anteriormente, dependendo da forma como a sexualidade é debatida e assimilada pela sociedade, neste caso em específico, pelas crianças e adolescentes, a curiosidade por esse tipo de conteúdo pode ser maior ou menor, assim como, pode determinar práticas abusivas e/ou de respeito ao corpo de outrem. O termo pornografia se configura como independente e distinto no início do século XIX. Na Europa, entre 1500 e 1800, a pornografia era um instrumento de crítica política e religiosa, que visava questionar o que se entendia por decência e censura. Segundo Silva (2015) para o entendimento da pornografia e de sua consolidação histórica é necessário implicar-se na perspectiva do longo processo histórico de conflitos entre escritores, pintores, espiões, padres e policiais.

A pornografia tem um histórico de subversão política e religiosa, sendo perseguida e questionada em vários momentos. Grande parte destas perseguições se deram a partir de argumentos morais de base higienista. A pornografia era punida por mostrar o obsceno, sendo que obscenidade seria tudo aquilo que transgredia a ordem social e as “leis naturais” da psique individual. O grande problema é que os limites daquilo que se entende como obsceno são constantemente modificados e questionados. Vem daí a dificuldade de delimitação do que é ou não pornográfico, bem como do que se chama de erotismo (SILVA, 2015).

Atualmente o erotismo e pornografia poucas vezes se diferenciam, pois substancialmente fazem exibição e apologia do sexo explícito, servindo desde a simples atração sexual até a participação em orgias sexuais comercializadas e reduzidas a um mercado chamado prostituição. Deste modo, a pornografia que nos dias atuais aparece nos meios de comunicação, tem sido definida como violação ao direito e a privacidade do corpo humano na sua natureza. Tal violação reduz o corpo humano a um objeto anônimo que se destina a má utilização para obtenção de gratificação sexual, num contexto cada vez mais violento (CARVALHO, 2002).

No Brasil, a introdução das novas tecnologias, na transição do final do século XIX e início do século XX, contribui para que, com a chegada da fotografia e do cinema, o corpo ganhe maior visibilidade. Nesse período o filme pornô começa a ser produzido com cenas pesadas para época (sexo anal, sexo oral, et.), tendo em vista

a predominância dos valores morais designados pela igreja. Em 1900, surge a primeira revista pornográfica chamada “O Rio Nu” a revista era feita por jornalistas e frequentadores dos bordéis da época com o intuito de apresentar as novidades advindas de outros países (moças) (PRIORE, 2016).

Cabe ressaltar, que a prática da pornografia infantil, representa-se por qualquer meio (fotos, vídeos, revistas, espetáculos, literatura, cinema, publicidade, internet, etc.) de crianças ou adolescentes dedicadas a situações sexuais explícitas, simuladas ou reais, ou a representação das partes genitais destes com a finalidade de oferecer gratificações sexuais ao usuário/consumidor destes materiais. Enquadram-se nessa categoria a produção, divulgação e consumo de materiais dessa natureza (MELLO; FRANCISCHINI, 2010).

Nesse sentido, é possível perceber que no decorrer da história, a violação dos direitos da criança e do adolescente perpassa cada momento, assumindo formas cada vez mais exacerbadas e violentas. Características essas, que podem ser observadas a seguir. Na Grécia antiga, por exemplo, o uso de crianças para a satisfação sexual de adultos foi um costume tolerado e até prezado. Mulheres, crianças, homens encontravam-se a disposição nos mercados escravos. Crianças, adolescentes e moças jovens eram os favoritos dos sequestradores piratas que invadiam as costas do Mediterrâneo. Muitas delas eram destinadas a escravidão, e ficavam a mercê dos mercadores para fins de exploração sexual. Na China, o corpo infantil era fonte de proporcionar prazer. Na África, os senhores tinham como costume casar com crianças (meninos e meninas) de doze anos de idade. Dentre todas essas práticas violentas infere-se que a exploração sexual infantojuvenil era totalmente aceita e exercida por adultos sem nenhuma punição (CARVALHO, 2002)¹².

É importante salientar que essas e outras práticas violentas também se fizeram presentes no Brasil. Exemplo disso, foi com a invasão de Portugal às terras brasileiras, durante o período colonial¹³. Com a necessidade política e econômica de miscigenar

¹² Ver mais em: Carvalho 2002.

¹³ A história da colonização é conhecida. Lembro apenas alguns pontos que julgo pertinentes para a discussão. O primeiro deles tem a ver com o fato de que o futuro país nasceu da conquista de povos seminômades, na idade da pedra polida, por europeus detentores de tecnologia muito mais avançada. O efeito imediato da conquista foi a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização e pela doença, de milhões de indígenas. O segundo tem a ver com o fato de que a conquista teve conotação comercial. A colonização foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares [...] A primeira foi responsável pela grande desigualdade que logo se estabeleceu entre os senhores de engenho e os outros habitantes; a segunda, pela escravização dos africanos (CARVALHO, 2002, p. 18).

o Brasil, os portugueses iniciaram o processo de importação de escravos para trabalhos braçais e sexuais. Durante esse processo ocorreram inúmeras formas de violência, incluindo o estupro de mulheres.

Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação embora concentrada nas áreas de grande agricultura exportadora e de mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das senhores, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos senhores. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas (CARVALHO, 2002, p. 20).

Consequentemente, durante muito tempo negros, índios, mulheres e crianças estiveram excluídos da sociedade, sem direito algum. A mão de obra escrava, foi um fator determinante nas relações de poder e domínio. As questões culturais, econômicas e políticas, a desigualdade de gênero, o preconceito de etnia/raça, deixaram marcas profundas e violentas que predominam ainda nos dias hoje, atingindo principalmente as camadas mais pobres da sociedade (CARVALHO, 2002).

Recentemente, uma pesquisa realizada pela ONU, em 2016, mostra que a situação não se difere muito do passado. A pesquisa aponta que quase 25 mil pessoas foram traficadas no planeta. O sexo feminino representou 70% dos casos, sendo 20% crianças. A exploração sexual continua sendo o principal objetivo do tráfico humano e responde por 59% do total dos casos (OBSERVATÓRIO 3º SETOR, 2019).

Essas práticas violentas se revelam sob novos aspectos, a partir de novas formas de explorar sexualmente de mulheres, crianças e adolescentes. Como já mencionado, um dos principais veículos que reforça esse tipo de violência é o mau uso da internet que tem como função a divulgação de imagens e material pornográfico, como também a incorporação ou aliciamento de vítimas. Fator esse que reforça a pornografia infanto-juvenil. Isso facilita, por exemplo, a formação de redes de pedófilos. Eles têm a possibilidade de se organizarem em programas de relacionamento, sites de compartilhamento, e, desse modo, poder trocar experiências e materiais (fotos e vídeos) com conteúdo pornográfico envolvendo crianças e adolescentes, com mais facilidade.

A pornografia infantil transforma as crianças e adolescentes em objetos sexuais projetados para atrair pedófilos e molestadores de crianças não pedófilos. Quando se

fala em pornografia infantil vem à tona o debate da pedofilia, pois muitos sujeitos que consomem material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes são pedófilos. Vale salientar, que a pedofilia não se constitui como crime no Brasil¹⁴. Segundo o Catálogo Internacional de Doenças (CID), a pedofilia é considerada um transtorno de preferência sexual e se caracteriza pela perversão sexual, na qual a atração sexual de um indivíduo adulto ou adolescente está dirigida primariamente para crianças pré-púberes ou no início da puberdade (FELIPE, 2006).

Diz-se que os verdadeiros pedófilos têm atração exclusiva por crianças, não mostrando nenhum interesse erótico/sexual por adultos. Os abusadores infantis podem ou não ser pedófilos, já que existe a possibilidade de terem atração sexual apenas por crianças, ou pelos mais variados tipos humanos. Contudo, vale ressaltar que entre os consumidores encontram-se também àqueles que, por já terem acesso a toda a gama de pornografia adulta, buscam material na produção que envolve crianças e adolescentes. Para Coelho Junior e Okabe (2015), a relação estabelecida entre a psicologia e a pedofilia, antes de tudo, é a de formar um processo de problematização para que haja questionamento não somente sobre a parafilia em questão, mas também sobre como ela se encaixa na sociedade atual.

A demanda pela pornografia infantil faz com que mais e mais vítimas sejam exploradas para a gratificação masculina. Dessa forma, verifica-se que a presença dos meios de comunicação propiciou novas formas de interação social, reorganizando padrões de interação humana através do espaço e do tempo e dissociando-se do espaço físico. As pessoas que não compartilham o mesmo espaço/ambiente podem interagir entre si, de forma onipresente (SILVA, 2013). Trata-se de uma interação que passa a colaborar com a difusão das informações errôneas sobre pedofilia derivada das mídias, como é o caso da Pedofilização, conceito contemporâneo utilizado por Felipe (2006, p. 216);

[...] no intuito de pontuar as contradições existentes na sociedade atual, que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., onde os

¹⁴ Landini (2004) propõe pensar sobre os termos pedofilia e pornografia infantil a partir do modo como são utilizados pelos operadores do direito e, também, em reportagens veiculadas pela mídia impressa. Ela mostra que pornografia infantil e pedofilia não são sinônimos: pedofilia está ligada a uma classificação clínica, enquanto pornografia infantil a uma classificação legal.

corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora. São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados.

A referida autora pontua que essa contradição está intimamente colaborando com os processos de reprodução da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ou seja, ao passo em que se criam leis de proteção à infância e a adolescência incentiva-se a exibição dos corpos infanto-juvenis como objetos de desejo e sedução. Percebe-se, de um modo geral, que a população brasileira tem se utilizado bastante da prática de exibição dos corpos através de inúmeros mecanismos e artefatos culturais veiculados principalmente pelos meios de informação e comunicação. É na indústria do consumo, que o corpo infantojuvenil é oferecido no mercado do sexo, em que a publicidade, o marketing, a internet, os outdoors, a televisão, etc, encarregam-se de produzir a imagem erotizada de crianças e adolescentes de forma explícita ou subliminar, através de personagens, ícones e símbolos que representam a ingenuidade da infância (LEAL, 2001).

Nesta perspectiva a “[...] a mídia, o marketing e a publicidade são veículos de fortalecimento e estigmatização desses sujeitos através da construção de espaços simbólicos e imaginários de construção da violência” (LEAL, 2001, p.10). Além disso, esse cenário fortalece a ideia da sexualidade e sensualidade infantojuvenil para fins estritamente comerciais (pornografia e pedofilia). Tendo em vista que o comércio da exploração sexual infantojuvenil na internet vem, se utilizando de crimes cada vez mais perversos, através do uso da imagem do abuso e da exploração sexual (erótica) de crianças e adolescentes, na qual as crianças do sexo feminino são as principais vítimas (LEAL, 2001).

Há situações, como refere Aguiar (2017), em que os consumidores de material pornográfico acessam conteúdos em que as mulheres adultas são o objeto sexual, porém estas apresentam-se utilizando adereços, brinquedos e roupas infantis caracterizando-se como um processo de infantilização ou seja, o objeto de desejo são crianças e/ou adolescentes¹⁵. Ainda, conforme a autora o conteúdo pornográfico mais acessado no Pornhub, por brasileiros revelam uma cultura “pornificada e pedófila: que

¹⁵ Este processo de “infantilização” das mulheres à autora denomina de Pornografia infantil legalizada ou a pornografia pseudo-infantil. “A “infantilização” das mulheres na pornografia pseudo-infantil é realizada vestindo-as com roupas infantis, dando-lhes penteados infantis, fazendo com que eles façam poses de crianças com expressões infantis em seus rostos ou envolvendo-os com brinquedos para crianças. Uma forma predominante de pornografia, a infantilização também está se tornando cada vez maior” (AGUIAR, 2017, s/p).

no topo das buscas por corpos preferem as “novinhas, escola, virgem, teen” (AGUIAR, 2017).

Por isso ao referir-se sobre a erotização do corpo infantojuvenil é necessário observar um dos pontos cruciais nesse complexo entrelaço. A medida em que legislações são criadas para proteger crianças e adolescentes a sociedade faz a sua adultização, sexualizando-os, seja através das roupas, maquiagem, sapatos de salto para meninas, músicas, livros, filmes, programas de televisão etc. ou de uma suposta maturidade mais adiantada que é imposto para as meninas. Percebendo a puberdade muitas vezes vista como consentimento e convite para relações sexuais com adultos. A novinha, é uma criança (AGUIAR, 2017).

Diante dos vários meandros que envolvem a discussão da violência sexual contra crianças e adolescentes (aspectos singulares e particulares), cabe destacar que este fenômeno emerge de um cenário com determinadas características socioeconômicas e políticas, agravado por valores culturais, patriarcais e machistas (universalidade). Portanto, deve-se levar em consideração as transformações dos valores históricos, sociais, políticos e culturais para assim se ter uma apreensão da realidade vivenciada pelas mesmas.

Os dados referentes às denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes por si só revelam que há uma determinação de gênero (não é única), na (re) produção desta forma de violação dos direitos, visto que as principais vítimas são meninas. Mesmo que neste trabalho o objetivo não seja fazer um resgate histórico das relações sociais marcadas pela desigualdade de gênero e pelo machismo, alguns elementos são fundamentais para compreensão da complexidade que envolve esse debate.

Segundo Engels (1984, p. 75) [...] a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Dessa forma, com a preocupação em proteger as propriedades, garantindo-lhe a linha de herança, a mulher foi afastada da participação na produção social, restando-lhe apenas o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Em sequência, o homem passou a ser a figura responsável pelo sustento da família sendo-lhe atribuído um poder e uma posição de dominador.

Nesse sentido, o regime do patriarcado, se sustenta na dominação/exploração das mulheres pelos homens. O patriarcado nas relações de gênero, impera com de-

sigualdade e hierarquia. A ordem patriarcal de gênero admite a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Desde então, o gênero masculino passou a determinar todas as relações sociais (SAFFIOTI, 2004).

Contemporaneamente, a mídia evidencia as transformações das novas identidades sexuais e de gênero. Em que as mulheres são aniquiladas simbolicamente pelos meios de comunicação por meio de sua ausência, condenação ou banalização. Numa análise de anúncios publicitários feita por Silva (2013) entre os anos de (1981 e 1990) envolvendo os tradicionais estereótipos culturais sobre o gênero, em que as mulheres são mães, donas de casa ou objetos sexuais, e os homens são apresentados em situações de domínio e autoridade sobre as mulheres, revelam a permanência dos mesmos estereótipos em publicidade atualmente (SILVA, 2013).

A desvalorização dos direitos sobre os corpos femininos, e a dominação eminente do sexo masculino, faz com que a mulher seja objetificada pela sociedade, estabelecendo uma cultura que objetifica o corpo feminino como fonte de prazer sexual. As propagandas e as imagens publicitárias mostram a mulher sendo exibida como mercadoria em que o corpo faz parte da venda de algum produto, reforçando assim, situações em o que o homem se sente proprietário do corpo da mulher (SILVA, 2013).

Dessa forma é possível observar que as questões da desigualdade de gênero, relações de poder e/ou o domínio do homem sobre a mulher, do poder do adulto sobre a criança são construções históricas que permanecem moldadas da forma em que a sociedade está representada hoje. Em se tratando da violência sexual contra crianças e adolescentes esses valores históricos, foram sendo assumidos por novas facetas de produção e (re) produção da violência, as novas tecnologias de informação e comunicação tem garantido uma permissividade dos violadores para a prática de atos severos, violentos e preconceituosos.

Diante do exposto, percebe-se que o debate em torno da violência sexual contra crianças e adolescentes é extremamente complexo. Como evidenciando anteriormente, por detrás de inúmeras situações de violência sexual, há um mercado consumidor, que ignora a condição humana desses sujeitos, em que uns visam o lucro e outros o prazer, a satisfação sexual. Nesse sentido, o próximo item fará uma discussão sobre esse mercado, considerando a sociedade capitalista atual, evidenciando algumas das principais categorias que auxiliam na compreensão desse fenômeno.

3.2 A lucratividade em torno do comércio da pornografia e pornografia infantil

Ao problematizar sobre a indústria pornográfica¹⁶, Salles (2018), refere que com explosão da internet na década de 1990, a pornografia ganhou uma plataforma como nenhuma outra. Ela deixou de ser a “revista debaixo da cama”, um tabu, e tornou-se uma mercadoria¹⁷ imediatamente acessível. A indústria pornográfica no mercado global passou a ser mais um produto de inúmeros consumidores, onde as pessoas querem e buscam pela gratificação sexual.

Nesse mercado a pornografia se mantém crescente, atraindo uma base e se modificando de acordo com suas vontades e desejos, sejam eles quais forem, mas de preferência violento (SALLES, 2018). Constantemente esse mercado abrange uma riqueza imensurável em conteúdo. O site Pornhub¹⁸ tinha, em 2016, 23 bilhões de visitas. Isso representa aproximadamente 64 milhões de pessoas por dia consumindo pornografia. Uma quantidade espantosa, em termos de visualização de pornografia. E o que este público busca? Violência. Enquanto o pornô sempre foi centralizado na objetificação das mulheres, logo que passou a assumir esse formato digital, o abuso tornou-se principal objetivo de seu conteúdo.

Dessa forma o uso recorrente da violência física¹⁹ passa a predominar - asfixia, penetração forçada, golpes e tapas, se incluem nesse horrendo mercado do sexo. Considera-se também a violência simbólica, que oprime e subjuga o sexo feminino²⁰. Nesta relação são violadas e violentadas a fim de satisfazer o público consumidor. A afirmação das novas formas de exploração do corpo, por meio da captação da

¹⁶ A pornografia se tornou uma indústria global multibilionária, com receitas entre a marca de US\$ 2 bilhões para mais de US\$ 90 bilhões por ano, dependendo da sua fonte. É um negócio em constante crescimento (SALLES, 2018).

¹⁷ A discussão sobre pornografia enquanto mercadoria será realizada logo em um subitem.

¹⁸ É o maior site de pornografia do mundo. A Pornhub Insights é pesquisa e análise diretamente da equipe do Pornhub. Em que os dados são compilados de bilhões de acessos, tudo para explorar os meandros da visualização de pornografia online <https://www.pornhub.com/insights/2016-year-in-review>
Ver mais em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20980228>

¹⁹ Ver mais em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20980228>

²⁰ Na pornografia, por exemplo, essa desigualdade é reproduzida e perpetuada através de diversos elementos. De forma geral, a pornografia reafirma estereótipos da “urgência biológica insaciável” do homem. A atividade sexual é sempre unilateral: a mulher é usada para satisfazer os desejos do homem, o clímax das cenas é a ejaculação masculina e a gratificação sexual feminina é ignorada [...] Ademais, o comportamento feminino na pornografia é marcado pela prontidão ao sexo casual, caracterizada pela pretensa disposição da mulher ao engajamento em atividades sexuais com (múltiplos) parceiro(s) sem qualquer comprometimento ou envolvimento emocional. <https://medium.com/anti-pornografia/estudo-pornografia-desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-agress%C3%A3o-sexual-contra-mulheres-brasil-933ec632f406>

subjetividade introduzidas pelas tecnologias de informação e comunicação, conduz a mulher, a criança e o adolescente a uma posição de submissão ao homem, reforçando a ideia do domínio do macho²¹, corroborando com a coisificação do corpo (SILVA, 2013).

Essas práticas tornam-se ainda mais reforçadas quando apropriadas pela mídia, pela moda e outros meios de comunicação, onde a aparência, a sexualidade e relação com a roupa passam a ter novas significações, seja através dos padrões de beleza, feminilidade, masculinidade, da relação com o corpo, estes adquirem significações próprias orientando a produção das aparências, a personalização e à sedução. Demonstrando que a publicidade continua afirmando a condição do uso do corpo nu de uma mulher para vender dos mais simples aos mais sofisticados produtos como, por exemplo; do celular ao carro de luxo, sempre numa postura passiva que reforça estereótipos arcaicos (SILVA, 2013).

Nessa tendência a pornografia foi ganhando espaço no mercado consumidor e tornando-se cada vez mais abusiva e violenta, a fim de se manter rentável. Com isso, o segmento infantojuvenil foi largamente atingido, abrindo caminho para a busca de pornografia infantil na internet, uma das formas de exploração sexual de crianças e adolescentes que mais tem se intensificado nos últimos anos, devido à aceleração dos meios de informação e comunicação. O Brasil hoje, apresenta dados estarrecedores envolvendo crimes de pornografia infantojuvenil na internet. A SaferNet²² em treze anos, recebeu e processou 1.410.648 denúncias anônimas de pornografia infantil envolvendo 296.151 páginas distintas (das quais 104.423 foram removidas), escritas e hospedadas em 39.440 domínios diferentes, atribuídos para 97 países em 5 continentes. Somente em 2018, a SaferNet recebeu e processou 60.002 denúncias de pornografia infantil. Ainda, realizou atendimentos via chat e email, Identificando Exposição de imagens íntimas (440 feminino e 229 masculino); Cyberbullying/ofensa

²¹ Posteriormente, será evidenciado alguns dos determinantes históricos, que coloca o homem em posição de domínio sobre a mulher.

²² A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil. A SaferNet Brasil, se consolidou como entidade referência nacional no enfrentamento aos crimes e violações aos Direitos Humanos na Internet, e tem se fortalecido institucionalmente no plano nacional e internacional pela capacidade de mobilização e articulação, produção de conteúdos e tecnologias de enfrentamento aos crimes cibernéticos e pelos acordos de cooperação firmados com instituições governamentais, a exemplo do Ministério Público Federal (SaferNet Brasil, 2019).

(276 feminino e 131 masculino); Aliciamento sexual infantil online (37 feminino) (6 masculino) (SAFERNET, 2019).

Com o desenvolvimento acelerado de novas tecnologias e modalidades de comunicação, tem sido possível estabelecer novas experimentações do desejo afetivo-sexual nas suas mais distintas possibilidades. Com isso, estamos criando ou reinventando “novas” estratégias de prazer, muitas vezes pautadas pela lógica do consumo, onde o sexo é acionado como espetáculo e performance, e a criança colocada como possibilidade de experimentação do desejo sexual adulto (FELIPE, 2006, p. 203)

Consequentemente, formas mais sofisticadas de explorar sexualmente de crianças e adolescentes foram acompanhando esse processo de evolução tecnológica como por exemplo: a pornografia infantojuvenil na internet, o turismo sexual (folder, book, revistas etc.), as propagandas, os programas de televisão, as redes de relacionamentos virtuais, dentre outros meios de comunicação. Como enfatiza Leal (2001, p.10) “há, portanto, um processo de sofisticação da produção da imagem infantojuvenil erotizada, através de peças publicitárias, distribuídas no meio turístico e nas redes de diversão [...]”

O sistema capitalista impulsionado pelo lucro e pela concorrência, compra, vende e transforma tudo em mercadoria²³. Na indústria pornográfica segue-se a mesma lógica: ela vende o sexo, vende uma visão distorcida de sexualidade baseada em estereótipos, produz e reproduz imagens cada vez mais violentas para sua comercialização em massa, e mais do que isso, tira as relações humanas do sexo.

No contexto do sexo o que se troca são os serviços sexuais que têm um valor de uso baseado na qualidade própria (sexo/idade/estética) da natureza do lugar deste trabalho. No processo de comercialização (oferta e consumo) prevalece o fetiche da mercadoria. A exploração sexual e a econômica se combinam, ou seja, essas explorações discriminam socialmente os sujeitos envolvidos e se articulam no processo de mercantilização e fetichismo das relações, implicadas num mercado e num processo de relações socioeconômicas e sexual (LEAL, 2010, p. 186, apud FALEIROS, 2001, p. 51).

²³ Segundo Marx (2004, p. 80) “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” A mercadoria: é um objeto externo ao homem, algo, que pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso. [...] A mercadoria é um valor de uso que se produz para troca, para a venda; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor (o móvel que um marceneiro fabrica para o uso de sua própria casa) não são mercadorias – somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais humanas de outrem e, portanto, sejam requisitadas por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu valor de troca). Assim, portanto, a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca (BRAZ; NETTO, p. 79-80, 2006).

Com base nessa citação, em relação à exploração sexual no mercado do sexo, a partir do fetichismo da mercadoria, revela-se que as relações sociais se ocultam, se estabelece uma dicotomia entre aparência e realidade ocultada, em que as relações sociais são vividas sobre as formas de relações entre mercadorias e coisas, seguidas pela ideologia de um sistema (LEAL, 2010). O fetiche da mercadoria²⁴ transforma as pessoas em objetos, as relações humanas se anulam em meio ao egoísmo e individualismo, esse processo revela a alienação dos sentidos em que a identidade entre pessoas e coisas tornam-se indiferente perante a condição humana, tornando-os meros objetos, nesse processo de mercantilização. Desta forma, a ideologia por trás da glamourização da indústria cultural²⁵ por meio das tecnologias de informação e comunicação vêm facilitando o processo de produção e reprodução da violência sexual no segmento infanto-juvenil, por meio de práticas cada vez mais violentas e brutais.

Como mostra na Austrália, uma prática crescente de abusar sexualmente de crianças e adolescentes através da encomenda via Pay-Per View, onde acontecem abusos sexuais transmitidos ao vivo. A prática envolve estupro e tortura em tempo real, de bebês, crianças e adolescentes. São atos de brutalidade, que envolvem agressões sexuais explícitas e extremas. Diz-se que quanto mais violento o ato, mais o usuário paga. A Missão Internacional de Justiça (MIJ) estima que os homens pagam entre US \$ 20 e US \$ 150 por um "programa de sexo" transmitido on-line. Segundo o MIJ, mais da metade das vítimas de tráfico de Ciber-sexo resgatadas tem 12 anos ou menos. Em 2016, uma criança de três meses de vida foi resgatada do local da violação²⁶. Somente nas Filipinas, o mercado do abuso infantil é uma indústria de um bilhão de dólares por ano (REIST, 2017).

²⁴ [...] ao fetichismo da mercadoria, o sexo reificado, recoberto pela aparente liberdade produzida nas mais sofisticadas forjas da indústria cultural, é transformado em uma mercadoria cuja capacidade de satisfação das necessidades a ela atreladas consiste mais no feitiço que exerce sobre o consumidor do que propriamente no valor e significado reais que possa ter na vida social do indivíduo (SILVA, 2010, p. 46).

²⁵ O termo indústrias criativas surgiu nos anos 1990, para designar setores nos quais a criatividade é uma dimensão essencial do negócio. As indústrias criativas compreendem, entre outras, as atividades relacionadas ao cinema, ao teatro, à música e às artes plásticas. Ver: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/21138>

²⁶ Os infratores australianos têm um papel significativo nesse comércio sádico. Em 1 de junho de 2016, 194 crianças australianas foram identificadas como vítimas de material de exploração on-line. 102 criminosos australianos foram identificados, mas essa é apenas uma pequena proporção das 11.000 referências feitas à Polícia Federal Australiana em 2015. Os infratores baseados na Austrália eram "procuradores, tratadores e administradores de vastas redes de exploração infantil on-line" e estavam conduzindo abusos localmente e em países como as Filipinas e partes da Europa Oriental (REIST, 2017).

Nessa lógica é implícita a fetichização e a sexualização de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Na pornografia, o fetiche cria vida, ele vai criar consumidores que terão tendências de agir como agem as pessoas que ele vê no vídeo. Homens que assistem pornografia tendem a ser violentos sexualmente (REIST, 2017).

Em face disso, discutir como o trabalho adquiriu forma no conjunto da sociabilidade capitalista, implica apreender as mutações na exploração sexual comercial, através da compreensão de como a sociedade contemporânea reproduz as relações sociais e a própria subjetividade. Percebe-se que essa violência está profundamente relacionada com o modo com que os homens produzem e reproduzem as relações sociais no sistema capitalista, por meio da venda de sua mão de obra os trabalhadores encontram formas de manter suas necessidades satisfeitas (PEDERSEN, 2014).

Segundo Marx (2004) a identidade entre o modo de sobrevivência baseado no comércio da prática sexual e a exploração da força de trabalho a que os trabalhadores são submetidos tornou-se ainda mais intensa a partir dos novos padrões estabelecidos. As condições impostas pelo sistema econômico capitalista, equipara o trabalhador assalariado e a prostituta em condições semelhantes de exploração.

A prostituição é somente uma expressão particular da prostituição universal do trabalhador e, posto que a prostituição é uma relação na qual entra não só o prostituto, mas também o prostituidor – cuja infâmia é ainda maior – assim cai também o capitalista etc. nessa categoria (Marx, 2004, p. 107).

O que revela que as condições de trabalho não somente atestam a continuidade da velha identidade, mas, também, que historicamente a prostituição é encoberta pelo modo de reprodução material, em que o sexo, passou a ser mercantilizado (LEAL, 2010). A forma histórica do trabalho assalariado predominante na sociedade burguesa ampliou as condições de precarização nas relações dos sujeitos despossuídos. Segundo Alves (2007, p. 112): “[...] uma das determinações estruturais do modo de produção e reprodução capitalista é a constituição sistêmica, a partir de processos de precarização do trabalho vivo, de formas históricas de precariedade social” que se manifesta de modo particular em cada período histórico.

Neste sentido o que se diferencia em cada momento das sociedades, são as formas de substituição de apropriação da mão de obra do trabalhador e os novos modelos de trabalho precarizado. Isso pode ser visualizado com avanço das tecnologias de informação e comunicação, pois o trabalho que antes demandava de (16hs diárias ou mais), no chão das fábricas, hoje, se dá de maneira flexível, a partir de

outras modalidades encontradas pelo capital, um exemplo disso é o trabalhador que pode executar suas atividades em casa o chamado home office ou seja, essa forma de trabalho precarizada faz com que os trabalhadores estejam disponíveis 24hs por dia, para atender as demandas do trabalho, sem as garantias necessárias de segurança ao trabalhador.

Tendo em vista que isso não garante que os trabalhadores passem a ter mais tempo livre para o lazer ou outras atividades afins, pelo contrário ficam cada vez mais submetidos ao capital reproduzindo riqueza em todos os lugares do mundo sob novas formas de exploração. Essa tendência ainda colabora para que os trabalhadores permaneçam subsumidos a estes modelos na garantia pela sobrevivência. Movimento este que os leva a se desprenderem de suas verdadeiras características (físicas e psíquicas).

Essas novas formas de apropriação da mão de obra do trabalhador, é assim denominada por Alves (2016) de capitalismo manipulatório em sua forma mais radical de se desenvolver, porque ele captura a alma da pessoa, e incorpora dimensões das quais, estas não estavam submetidas, captura a subjetividade do ser. Essa lógica de valorização do capital manipula os trabalhadores assalariados, direcionando-os a alienação e ao estranhamento de si como também dos outros, repercutindo assim na individualidade. Nessa relação o trabalho se desconecta da vida e a vida perde o sentido, onde é homem é objetificado e traduzido como mercadoria.

Na concepção de Alves (2016) o capitalismo manipulatório sempre esteve presente explorando laços de consentimento para adquirir mais valia. O trabalho estranhado reduz o ser humano enquanto pessoa na sua forma (mente e corpo), essa é a verdadeira apropriação do capital na captura da subjetividade em sua forma mais violenta. Dessa forma o capitalismo manipulatório impulsiona as pessoas para a competitividade e individualismo, manipulando-as até perderem a noção dos sentidos e das consequências de seus atos e das relações para com os outros, passando a ser meros interesses de trocas. Sem dúvida alguma, esses rebatimentos irão atingir as camadas mais pobres da sociedade, é essa população que passa ser alvo de maior invisibilidade diante desse sistema.

Em meio a essas características apontadas por Alves (2016), em relação ao capitalismo manipulatório é pertinente ressaltar que a violência sexual contra crianças e adolescentes, evidencia-se como um processo complexo que vem se reformulando a partir dos novos determinantes sociais, principalmente na relação da captura da

subjetividade em que a dimensão humana perde sentido e as relações passam a ser desconsideradas, em que crianças e adolescentes são vítimas a todo momento de crimes cada vez mais brutais como forma de manter a satisfação da necessidade de algum (vários) adulto perverso, atos estes, que acabam gerando consequências profundas na vida desses sujeitos, ou quando não levam a morte.

Diante disso compreende-se a violência sexual como um conjunto complexo atravessado por diferentes fatores, da qual crianças e adolescentes tem seus direitos transgredidos a ordem do pleno desenvolvimento (físico e psíquico), sendo objeto de desejo e consumo do adulto. Por isso, é necessário empreender uma visão mais ampla do tecido que envolve o conceito de exploração sexual, visto como um lugar contraditório de valores diferenciados da ordem estabelecida postos a todo instante, cujo os desafios que se fazem presentes para o enfrentamento dessa expressão da violência.

Neste contexto, cabe trabalhar numa aproximação rigorosa entre o sujeito em situação de exploração sexual e as suas relações concretas com a sociedade capitalista. Uma vez que a exploração sexual não ocorre apenas nas relações materiais, mas também dentro de uma ordem subjetiva que produz e reproduz padrões conservadores e internalizam nas práticas socioinstitucionais conteúdos preconceituosos que fortalecem as desigualdades sociais e afirmam a lógica do capital.

No próximo item será problematizado como o avanço das tecnologias de informação e comunicação se desenvolvem na sociedade capitalista e, como o uso da internet vem contribuindo para o cometimento de crimes relacionados a violência sexual contra crianças e adolescentes. Por fim, discute-se as medidas de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes que estão sendo adotadas.

3.3 A internet como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e os crimes através dela perpetrados

Segundo Perez (2004) uma revolução tecnológica pode ser definida como um conjunto poderoso e visível de tecnologias, produtos, indústrias, ou seja, novas dinâmicas, capazes de abalar os fundamentos da economia e impulsionar uma onda de desenvolvimento a longo prazo. Trata-se de uma constelação de inovações

técnicas intimamente relacionadas, com uma nova infraestrutura. A cada revolta tecnológica leva-se ao replanejamento maciço de um grupo de tecnologias, seja pela substituição ou pela modernização dos equipamentos, processos e formas de operação existentes.

Por outro, lado cada revolução tecnológica, traz consigo, não só a organização da estrutura produtiva como também uma profunda transformação nas instituições governamentais da sociedade, incluindo a ideologia e a cultura nos modos de crescimento na história do capitalismo. Desse modo ao mesmo tempo que essa transformação requer uma economia rápida, ela gera uma tensão na dinâmica das relações sociais que se difundem em conflitos sociais por muitas vezes violento. (PEREZ, 2004).

Esse desdobramento pode ter uma ínfima relação no contexto da globalização, que se caracteriza como um fenômeno de múltiplas significações gerado pelo interesse global econômico, tendo em vista que esse sistema provoca um aprofundamento nos riscos e as assimetrias entre os países ricos e países em desenvolvimento, e, por essa via, identifica-se com um mecanismo de mundialização das culturas. O que faz com que o conjunto das relações sociais se transformem de com acordo com a globalização e vice-versa. E nesse conjunto as globalizações tornam-se feixes de conflitos concentrados na economia e não nas dimensões sociais, políticas e culturais (LEAL, 2003).

Deste modo, a lógica da globalização do mercado se expressa, de um lado, por meio das forças globais e, de outro, por meio da reestrutura econômica e das consequências sociais nos países centrais e periféricos de forma articulada: desemprego estrutural, rebaixamento salarial, crescentes desigualdades e migrações. Essas práticas tão somente servem para acirrar os conflitos em sociedade, produzindo relações violentas em suas múltiplas faces, como a que se expressa através da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse modelo de globalização se alastra ainda mais no contexto neoliberal acirrando a crise entre capital e trabalho.

E quem sofre de forma direta são os trabalhadores que tem seus direitos reduzidos em todos os aspectos, e com isso se veem compelidos a vivenciar experiências de sobrevivência que recriam velhas e novas formas de precarização das relações de trabalho no capitalismo. Vale aqui salientar que nessa perspectiva não só as relações de trabalho masculino e feminino, mas sobretudo o segmento infantojuvenil é também atingido por essa lógica. Subsequentemente essas relações

levam os trabalhadores a situações miseráveis de vida, e a condições de submissão de trabalho forçado, escravo, explorado e ao extermínio. Onde a mão de obra em sistemas informais, precários e em sistemas clandestinos do crime organizados vai incidir diretamente nas relações familiares como na: desterritorialização (processos migratórios) dos membros da família em busca de trabalho em outras regiões (fronteiras, litorâneas e urbanas) ou até para outros países, como também, mulheres e crianças no mercado de trabalho sob condições precárias dentre outras situações de exploração e violência.

Esse acirramento provoca diversas situações de fragilização das famílias por meio do abandono precoce dos filhos, o abandono dos filhos da escola, o afastamento da mãe do cotidiano do lar, dentre outras relações de sociabilidade. O que faz com que essas transformações ocorridas no âmbito da família passem a ser difíceis por parte das crianças e dos adolescentes, e ainda impulsionem a várias nuances tais como: conviver com a troca de parceiros dos pais, alcoolismo, drogadição, experiências sexuais precoces e insalubres, violências sexuais, prostituição e tantas outras relações. Com isso, além dos conflitos internos nas famílias, essas crianças passam a vivenciar processos externos violentos a partir de outros meios sociais (nas ruas gangues, grupos de tráfico, etc.), em detrimento do acirramento da situação social e interpessoal da sua família (LEAL, 2003).

Essas crianças terminam virando presas fáceis para o mercado do crime e das redes de exploração sexual. Recrutadas e aliciadas pelos exploradores, deixam-se enganar por falsas promessas e artigos de consumo, dirigidos aos desejos da infância e da adolescência. Muitas vezes crianças e adolescentes aceitam a se submeterem a uma ordem perversa de trabalho, já não só pela necessidade material, mas por desejos de consumo imputados pelos meios de comunicação e pela lógica consumista da sociedade capitalista, reproduzida pelo seu grupo de pertencimento. De fato, o modelo de globalização de mercados expande a ideia do consumo como meio de inserção social, estilo de vida, status, que veicula através dos meios tecnológicos de comunicação e informação uma sociedade de marcas, onde a mesma vai buscar se identificar e fortalecer relações de discriminação de classe, de estilos urbanos e comportamentos socioculturais, capazes de despolitizar as diferenças e recriar respostas violentas e bárbaras para os conflitos (LEAL, 2003).

Percebe-se que com a introdução das novas tecnologias a sociedade capitalista passa criar novas estratégias de ajustamento e manipulação dos sujeitos,

em que são ignorando nas suas formas de pensar e se reconhecer como seres humanos, deteriorando a capacidade subjetividade das pessoas até que percam o real valor da vida, alienando-os as formas mais violentas e destrutivas entre si. “As criações humanas são facilmente estruídas, e a ciência e a tecnologia, que as construíram, também podem ser utilizadas para sua aniquilação” (FREUD, 1927, p. 05).

Denota-se que ao mesmo tempo que a sociedade moderna trouxe evidentes realizações científicas e tecnológicas excepcionais no século XXI, não obstante, incumbiu novas características às formas de violência, desdobrando-se em práticas políticas, econômicas, culturais, étnicas, religiosas e outras. A problemática da violência, dada toda a sua complexidade e múltiplas manifestações coletivas, individuais, históricas, psicológicas, objetivas e subjetivas, transborda em várias ciências sociais, revela dimensões insuspeitadas da realidade social, não cabendo defini-la num único conceito ou interpretação (IANNI, 2002).

As novas formas e técnicas de violência tornou-se um fator relevante a partir do desenvolvimento sistemático dos meios de comunicação. Fato este, que ocorreu de maneira muito rápida a partir dos anos de 1960, através do interesse bélico pelo militares norte-americanos na época da guerra fria. No qual, iniciou um projeto de descentralização de informações e estratégias em vários sistemas computacionais, a fim de um contra-ataque eficiente em caso de ataque nuclear da União Soviética.

O ARPANET em 1980, já era totalmente de uso civil, pois também envolvia empresas privadas do setor bélico. No mesmo ano da dissolução da União Soviética, em 1991, surgiu a World Wide Web (“www”) que aumentou consideravelmente todos os procedimentos de comunicação virtual o resto do mundo (COELHO JUNIOR; OKABE, 2015).

Considerando os avanços científicos e tecnológicos, destaca-se que a web passou a adquirir um imensurável espaço de lazer e seu uso destacou-se entre os jovens. São diversas as ferramentas, que vão desde a condição de se criar sites (domínios), onde haja programas de compartilhamento de vídeos e músicas e outros arquivos, até os “blogs” e “fotologs” que são, respectivamente, esferas onde as pessoas escrevem sobre o cotidiano e armazenam fotografias.

Evidencia-se que o processo de avanço da internet resultou em três características marcantes:

Permite uma liberdade tamanha que, a princípio, idealiza o anonimato dos usuários (isso se percebe principalmente nas redes sociais, com os perfis falsos); - imensa capacidade de troca de informações, compartilhamento de imagens, vídeos e músicas; - propensão ao plágio e ruptura dos direitos autorais (COELHO JUNIOR; OKABE, 2015, p. 15).

Deste modo, adolescentes, jovens e adultos foram rapidamente atraídos para usarem a internet, que é a expressão da comunicação e interação dos tempos atuais, por conta do processo ágil de usufruto, e pela infinidade de instrumentos disponíveis. Para os jovens, a internet passou a constituir-se como uma nova modalidade de suas vidas, além de proporcionar uma linguagem própria dentro do ambiente virtual com elocuições e gírias próprias. Contêm inclusive, formas contemporâneas de afeto para com o “outro”, aquele que muitas vezes não se conhece no ambiente social de fato, acaba por se reconhecer como um igual, virtualmente (COELHO JUNIOR; OKABE, 2015).

Contraditoriamente a todos estes benefícios e vantagens, a internet também vem se constituindo num espaço para a prática de diversos crimes, e, nesse sentido, apresenta vários riscos para a sociedade. Crianças e adolescentes tornam-se mais vulnerável ao ambiente da internet, pois podem acessar conteúdos e informações inapropriadas para o seu período de formação e desenvolvimento. Além disso, correm o risco de serem atraídas por pessoas que tem a intencionalidade de estabelecer algum contato sexual com as mesmas. O que se verifica com todo esse aparato de tecnologia e facilidade de acesso através da internet é, por exemplo, a produção e reprodução do crime de pornografia infantil. Através da internet, acontece a disseminação e comercialização de imagens, vídeos e conteúdo que sexualizam a criança e ao adolescente, contribuindo para que a cultura da erotização destes e do abuso se prolifere.

A quantidade de denúncias de crimes na internet registrou uma alta de 109,5% em 2018. Segundo a central nacional de denúncias da Safernet (2019), no ano de 2017 foram recebidas e processadas 33.411 denúncias anônimas de Pornografia Infantil. Em 2018, esse número praticamente duplicou, foram 60.002 denúncias recebidas pela central. Esses números precisam ser considerados pelas instituições que integram o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, pois além da denúncia, investigação e responsabilização dos sujeitos que cometem esse tipo de crime, é preciso investir na prevenção e na proteção de crianças e adolescentes diante desta nova face da violência sexual.

Compreende-se que os crimes de pornografia infantil e os delitos de ódio cometidos por meio da internet, transcendem ao universo jurídico e se entrelaçam com elementos culturais, econômicos, sociais, comunicacionais etc. Ainda que distintos entre si, ambos os delitos têm raízes comunicacionais, pelo fato de que toda comunicação mediada por computadores envolve interação entre as pessoas (BARROS FILHO; PEREZ NETO, 2018).

Ademais, os crimes de pornografia infantil existem muito antes da explosão da rede de computadores, entretanto apresentam novas nuances e contornos a partir da sua dimensão cyber. Alguns exemplos de violência sexual que ocorrem a partir do uso da internet são apresentados por Vásquez (2016), como se observa: Grooming— utiliza a internet para atrair crianças e adolescentes com propósitos sexuais — o armazenamento e difusão de conteúdo pornográfico infantojuvenil e/ou a criação de redes para a exploração destes, com fins de difusão e intercâmbio de arquivos em rede. O Sexting é baseado em uma junção de palavras, oriundas dos radicais —Sex (sexo) e —Ting (sufixo de texting), exatamente por essa origem histórica do sexo por mensagens de texto, e como já abordado anteriormente o Pay-Per View. Nessa perspectiva é possível compreender que na medida em que se amplia o acesso à internet, produz-se novas formas de violência a que crianças e adolescentes são expostas.

Como indica Recuero (2013) a comunicação mediada por computadores na internet permitiu a assincronia, o que foi decisivo para o surgimento de novos fóruns públicos de discussão. Concedeu também maior poder ao usuário, sendo este chamado por Castells (2009), de prosumer, dado o caráter de consumidor proativo ou graças a simultaneidade na produção/consumo de conteúdos. Ainda aponta Recuero (2013), que a popularização dos sites de redes sociais (Facebook, Twitter, o falecido Orkut, whatsapp etc.) permitem a representação individual dos atores e a publicização das suas conexões o que, conseqüentemente, gera novas práticas de sociabilidade e de interação com a alteridade. A intolerância para com o outro, latente no mundo de pessoas de carne e osso, ganhou forma, representação e publicização.

Tendo em vista esse contexto, a violência sexual se apresenta como um fenômeno complexo, que necessita ser enfrentada numa ação conjunta entre Estado, organizações não governamentais, instituições privadas e sociedade civil, onde cada um assumam sua parcela de responsabilidade nessa difícil tarefa que é proteger as crianças e os adolescentes de todo e qualquer tipo de violência. A dedicação por uma

infância e uma adolescência plena e livre da violência, precisa ser um compromisso constante de toda sociedade.

Neste contexto foi sancionada a Lei nº 11.829/2008, que altera a redação dos já existentes artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O artigo 241 do ECA (1990) que anteriormente, previa apenas fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente com a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos. Passa a acrescentar tipos penais nos artigos 241-A, a 241-E., com objetivo de aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet, passam a adquirir nova redação.

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. §1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

A legislação é de fundamental importância, no entanto é preciso que as instituições responsáveis pela apuração desses crimes estejam capacitadas, preparadas e com as condições necessárias para investigar esse tipo de crime, que na maioria das vezes ocorre nos labirintos da internet, ou seja, em locais que não são de domínio público. Diversas operações policiais que vêm ocorrendo nos últimos

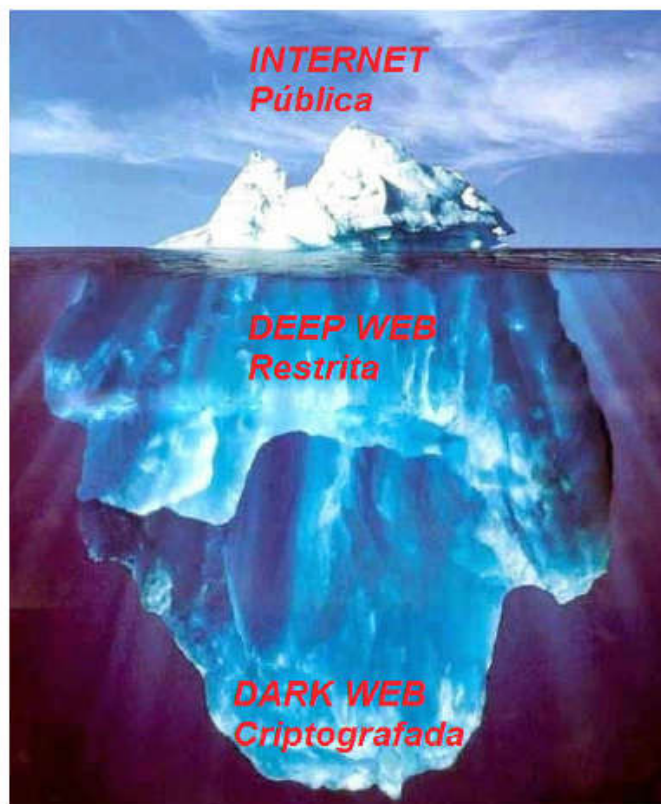
anos, a exemplo da operação Luz na Infância, que teve a sua 4ª fase ocorrida em março de 2019, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a operação Luz na Infância trabalhou no combate ao abuso e exploração sexual praticados na internet. A operação luz na infância iniciou sua 1ª fase em outubro de 2017 e envolvendo a Polícia Civil do Distrito Federal e de 26 Estados. Deste modo, têm-se conseguido identificar os consumidores da pornografia infantil, sendo ainda um desafio identificar os sujeitos e as redes criminosas que produzem e comercializam este tipo de materiais.

Segundo Buffon (2018), atualmente a internet se constitui como um dos meios mais comuns para práticas de crimes. Essa realidade decorre das características do meio cibernético que acaba resultando em dificuldades na investigação, motivando os criminosos a fazerem uso desse novo meio sem temor a represálias. Cabe aqui salientar que dentre essas características estão;

- a) Anonimato – o uso sofisticado do ciberespaço e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) muitas vezes possibilita um anonimato que resulta em maiores dificuldades de investigação, especialmente quando se utilizam da Dark Web;
- b) Âmbito geográfico – necessidade de uma eficaz cooperação internacional para se obter êxito nas investigações, considerando a diversidade de locais entre a execução da ação ilícita e os resultados, além da utilização de servidores em locais que podem ser considerados “paraísos virtuais”;
- c) Custo/benefício do meio empregado – a comunicação imediata que o meio proporciona, não existindo fronteiras físicas para a execução. O alcance e a propagação ocorrem num tempo extraordinário por um custo mínimo.

Além disso, as redes fechadas passaram a ser um ambiente e muito atraente para os criminosos, já que o desenvolvimento das tecnologias propicia soluções que facilitam o cometimento de crimes, que certamente, ocorrem em inúmeros lugares do mundo, a todo o momento. De tal modo, é importante identificar como esse o ciberespaço ou a internet vem sendo representada, a partir de três camadas: a Internet Pública, a Deep Web e a Dark Web.

O Iceberg pode servir para representar o ciberespaço (internet) como um todo.

FIGURA 1- Representação das camadas da internet

Fonte: Shimabukuro, 2017.

A Internet Pública como próprio nome já diz, é de fácil acesso e não requer senhas ou *softwares* específicos para a navegação, ao contrário da Deep Web, que é composta de dados sem endereços, isto é, não pode ser detectada por buscas através do Google por exemplo. Na Deep Web também são encontramos sites dinâmicos, criados como resultado de uma busca ou até páginas que requerem acesso via login e senha, como, por exemplo, uma conta no Gmail. Diferentemente da Deep Web, a Dark Web ou Darknet é uma rede fechada, usada para compartilhar conteúdo de forma anônima. Seu acesso é permitido mediante o uso de softwares específicos, assim como outras dezenas de redes secretas. A Darknet é majoritariamente composta de sites de venda de produtos ilícitos, como armamento e drogas, tráfico de órgãos, redes de exploração sexual, além de sites de compartilhamento de pornografia infantiljuvenil (SHIMABUKURO, 2017).

Em se tratando dessa rede, no Brasil, foi criada a Lei nº 12.850/2013²⁷ que

²⁷ BRASIL. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a

permite a busca pela autoria do crime, em investigações no mundo virtual, a partir do agente infiltrado on-line (policial/investigador) em escala internacional, especialmente quanto aos crimes relacionados à pornografia infantil. A grande inovação dessa lei é a não exigência da existência de organização criminosa para permitir o uso da infiltração policial. Ao acessar redes fechadas, é necessário um convite e/ou a conquista da confiança por parte dos usuários daquele ambiente virtual. Assim, cabe a importância do agente infiltrado on-line, o qual deverá estar atento à observância de todos os limites que a lei impõe, para se obter uma prova válida (BUFFON, 2018).

Outra importante conquista brasileira ocorreu com a aprovação em, 2014, do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965 em 23 de abril de 2014) que trouxe a regulamentação do meio virtual, com vistas a evitar a aprovação de leis que restrinjam, proíbam e controlem a utilização da internet. Dessa forma, o marco civil brasileiro tem como objetivo desenvolver um processo ético na rede, configurando uma nova possibilidade de se discutir a segurança no ambiente virtual. Estabelece ainda um horizonte de regulamentação que não existia em um país que possui um dos grandes níveis de acesso à web.

Um diferencial do Marco Civil é sua busca da garantia direitos e não restrições que cerceiam as liberdades individuais e a privacidade dos usuários. Como indica o artigo 7 que: “O acesso à Internet é essencial ao exercício da cidadania e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: I – à inviolabilidade da intimidade e da vida privada, assegurado o direito à sua proteção e à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (...)” (2014, p. 3). Embora a legislação não tenha sido criada para definir crimes de pornografia infanto-juvenil na rede virtual, ela tende a dificultar o surgimento de tais crimes. Deste modo, cada usuário é livre para postar e criar conteúdos, mas, caso isso infrinja as leis a exemplos: da pedofilia e pornografia infantil – ele arcará com as consequências jurídicas de seus atos (COELHO JUNIOR; OKABE, 2015).

É importante enfatizar que muitos desses ambientes têm por objetivo não só o cometimento de crimes, mas também a troca de ensinamentos aos demais criminosos de como devem agir em suas ações para que possam obter êxito em suas

investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm Acesso em: 24 set. 2019.

empreitadas criminosas. Logo esses “manuais do crime” são encontrados geralmente na Deep Web, pelo caráter de proteção e anonimato que esse meio digital proporciona aos seus usuários. Outra inovação na legislação, diz respeito ao acréscimo da Lei nº 13.441/2017²⁸ no ECA - a qual trata especificamente de infiltração virtual de agentes policiais na investigação de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes.

A Operação Darknet, foi a primeira grande investigação realizada na Deep Web, pela Polícia Federal, onde foram identificados centenas de usuários compartilhando vídeos e fotos de pornografia infantil. As operações ocorreram em dois momentos Darknet I (2014) e Darknet II (2016) para combate o compartilhamento de pornografia infantojuvenil no ambiente da Internet, dezenas de pedófilos foram identificados e presos. Além disso, crianças em situação de abuso sexual foram identificadas e resgatadas (BUFFON, 2018).

A sociedade como um todo vem sofrendo transformações, e neste contexto a violência sexual contra crianças e adolescentes vem adquirindo novas formas. Por isso, é preciso repensar práticas sociais e culturais que favorecem e/ou contribuem para a banalização, a erotização precoce e a naturalização da violência sexual contra crianças e adolescentes, cujo contexto permite o avanço de crimes cometidos contra estes sujeitos.

É preciso que os diferentes atores sociais que cumprem um papel com a proteção de crianças e adolescentes estejam atentos às mais variadas formas de violência sexual, a fim de garantir que os direitos sexuais de crianças e de adolescentes sejam objeto de prevenção e promoção pelas políticas públicas, nos campos da assistência social, da educação, da saúde, do trabalho, do turismo, do planejamento, do orçamento, das relações exteriores, da infraestrutura etc.

Cabe destacar também os avanços concernentes à aplicação das normativas nacionais e internacionais, a elaboração e aprovação de planos e projetos, a identificação de intervenções governamentais e não governamentais, a realização e a publicação de estudos no que consiste ao esforço do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, ressalta-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes

²⁸ BRASIL. Lei nº 13.441, de 08 de maio de 2017. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13441.htm> Acesso em: 24 set. 2019.

é um fenômeno complexo, multideterminado e multifacetado, exigindo da família, do Estado e da sociedade comprometimento e responsabilidade tanto no que diz respeito a sua prevenção, atendimento e acompanhamento das vítimas e responsabilização dos agressores. Quanto à prevenção destaca-se a necessidade do diálogo permanente com crianças e adolescentes para que estas saibam dos riscos existentes a partir do uso da internet, visto que esta é mais um espaço onde ocorrem situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. O próximo capítulo trata dos resultados que a pesquisa se propôs a contemplar, tendo em vista a sua contribuição na qualificação das práticas interventivas do assistente social, diante dessa demanda.

4 AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONSIDERANDO O ACESSO À INTERNET

Neste último capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica e documental, que conforme já evidenciado na introdução baseou-se em: duas (02) Teses de Doutorado, uma (01) Monografia, três (03) livros eletrônicos (PDF), e treze (13) artigos, todos em (PDF). Quanto aos documentos, um (01) Relatório de Pesquisa da UNICEF (PDF), duas (02) Reportagens em jornal online e um (01) documentário (Youtube). Cabe destacar que para a constituição desse corpus foram considerados as plataformas scielo, google, google acadêmico e portal teses da capes, bem como os seguintes descritores: “violência sexual contra crianças e adolescentes na internet”; “pornografia infantil na internet”; “crimes cibernéticos”; “crianças, adolescentes e o uso da internet”. O limite temporal para a delimitação da pesquisa compreendeu o período entre 2008 e 2019, tendo em vista a promulgação da Lei 11.829 de 25 de novembro de 2015, que altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/1990 - ECA, e “aprimora o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

Nesta perspectiva os resultados serão apresentados considerando as questões norteadoras do estudo, que foram desmembradas em oito (08) perguntas que constituiram o roteiro norteador da coleta de dados, que pode ser visualizado no apêndice A. Assim o primeiro item discorrerá sobre o uso da internet por parte das crianças e dos adolescentes, bem como os conteúdos mais visitados por este segmento e por fim, evidencia-se o público mais vulnerável a crimes sexuais cometidos pela internet.

O segundo item considerando o avanço das tecnologias e informação e comunicação contemplará a discussão a partir dos tipos de violência que mais se manifestam no cotidiano das crianças e dos adolescentes, tendo como ponto fundamental de discussão o sexting e a pornografia infantojuvenil, devido serem as formas mais frequentes de crimes perpetrados contra estes sujeitos.

Por fim, no último item serão abordados os achados em relação as redes criminosas perpetradoras dos crimes sexuais que envolvem crianças e adolescentes através da utilização dos meios de informação e comunicação e também a identificação desses sujeitos, redes e/ou indivíduos que fazem parte destes crimes

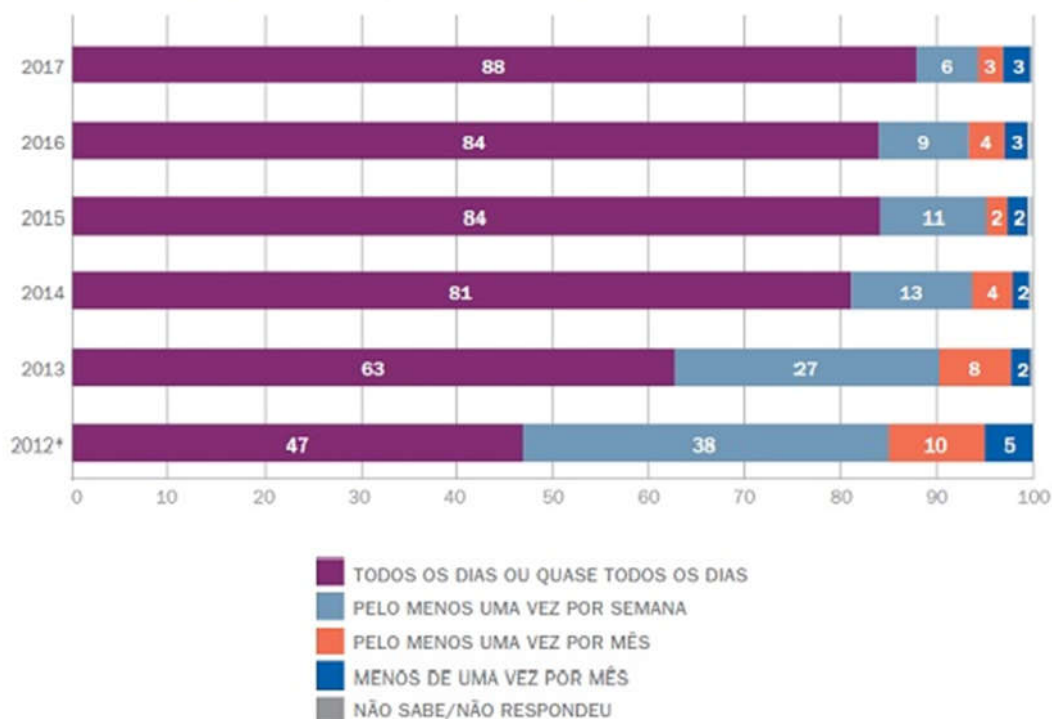
bem como seu perfil.

4.1 O acesso à internet por parte de crianças e adolescentes

Neste sentido um dos aspectos observados na coleta de dados foi em relação ao aumento do uso da internet por parte de crianças e adolescentes. A tic Brasil 2018, constatou um aumento de crianças e adolescentes conectados no Brasil. A pesquisa realizada em 2017, estimou que 85% da população entre 9 e 17 anos era usuária da internet. Esse percentual corresponde a 24,7 milhões de crianças e adolescentes conectados somente nessa faixa etária.

FIGURA 2- O uso da internet por crianças e adolescentes

CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR FREQUENCIA DE USO DA INTERNET (20
Total de usuários de Internet de 9 a 17 anos (%)



Fonte: Tic Brasil, 2018.

Como é possível observar no gráfico acima, do ano de 2012 para o ano de 2017 cresceu significativamente o número de crianças e adolescentes que acessaram a internet todos os dias ou quase todos os dias, ou seja, esse índice duplicou de 47% para 88%. A tic Brasil revela que o “uso da Internet na frequência de mais de uma vez

por dia foi maior entre os adolescentes de 15 a 17 anos (78%), proporção que diminui quanto menor a idade, chegando a 57% na faixa etária de 9 a 10 anos”. Além disso os dados revelam que entre aqueles que acessam a rede mais de uma vez por dia, a maioria (73%) localiza-se nas áreas urbanas em detrimento daqueles que residem em áreas rurais (58%).

A análise sobre pobreza na infância e na adolescência realizada pelo Unicef com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2015), revela, no que diz respeito a dimensão informação, que:

entre meninas e meninos brasileiros de 10 a 17 anos, 25,7% não tiveram acesso à internet nos últimos três meses antes da coleta da Pnad 2015, sendo considerados privados de informação. 24,5% não acessaram à internet, mas têm televisão em casa, estando em privação intermediária. E 1,3% não acessou a rede e não tem televisão em casa, estando em privação extrema. Entre eles, 500 mil meninas e meninos não têm acesso a nenhum meio de comunicação em casa: rádio, televisão ou internet.

Com base nesses dados é importante destacar que quase a metade dessas crianças e adolescentes, ou seja 48,5% possuem acesso a informação, não estando privados da mesma. No entanto, mesmo que os dados da Tic Brasil revelam um índice crescente de acesso à internet por parte desses sujeitos, os dados do Unicef sinalizam que ainda há 51,5% de crianças e adolescentes que se encontram, de alguma forma privados de informação. Esse índice ainda revela características particulares quando se consideram características étnico/raciais e regionais, visto que 73% de meninos e meninas privados de informação são crianças e adolescentes negros/as e a região nordeste é três vezes mais privada de informação do que a região sudeste.

Em relação aos conteúdos mais acessados por crianças e adolescentes pôde-se verificar, inicialmente que estes tendem a fazer uso frequente do Facebook²⁹ e do Youtube, além de usarem as redes sociais para exposição da vida íntima, como a postagem de fotos e vídeos. Uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil mostra que 70% das crianças e adolescentes entrevistados possuem perfil próprio, onde mostram claramente seus rostos, sobrenomes e escola onde estudam

²⁹ O Facebook (rede social) foi criado por Mark Zuckerberg, em 2004. A partir de 2005 se expandiu de forma rápida liberando a postagem de fotos e a possibilidade de marcar os amigos nas imagens. Já em 2007 nascem várias funções essenciais, muito utilizadas hoje como: postagem de vídeos, vídeos, criação de páginas de pessoas ou empresas etc.. Quanto ao Youtube, esse se caracteriza como uma plataforma.

(NASCIMENTO; SILVA, 2014, p. 05). Vale ressaltar que para ter uma conta no facebook, este estabelece como critério a idade, ou seja, acima de 13 anos. No entanto, essa condição é ignorada/burlada na maioria das vezes.

Dessa forma, verifica-se o uso demasiado das redes sociais por parte das crianças e adolescentes como uma limitação entre o tempo de brincar para o pleno desenvolvimento. As crianças (nativos digitais) esses já começam a fazer uso das tecnologias muito antes da alfabetização, destacando-se o acesso a desenhos, filmes, músicas e jogos, que são introduzidos desde os primeiros meses de vida. Além disso, são as crianças que estão mais propensas a tropeçar em conteúdo de caráter sexual, como a pornografia.

Crianças e adolescentes vivenciam as intensas mudanças que as caracterizam como sujeitos em desenvolvimento. Estas mudanças são caracterizadas pela medicina, psicanálise, psicologia do desenvolvimento, sociologia, antropologia e outras ciências/saberes como extremamente complexas e interconectadas: desenvolvimento neurológico, psicológico, cognitivo, social, todos estes aspectos são interdependentes. A lesão (física ou psicológica) a algum desses aspectos pode, portanto, provocar danos de curto, médio ou longo prazo (atuais ou potenciais) (BRETAN, p. 23-24, 2012).

Nessa relação, crianças e adolescentes, por estarem em processo de desenvolvimento, não tem clareza a respeito de sua exposição na internet, expondo informações, dados pessoais e até mesmo (mais especialmente no caso dos adolescentes), o próprio corpo. A adolescência emerge como uma fase de espera entre a infância e a idade adulta. É na adolescência que se desenvolvem os sentidos de identidade, privacidade e intimidade. É neste momento que surgem os conflitos internos e externos, as dúvidas, a necessidade do pertencimento à grupos, a descoberta da sexualidade, a busca pela experimentação do novo e a contestação das coisas, é também nessa fase em que se aprendem regras morais de respeito e auto-respeito, e as habilidades de socialização.

Apesar disso, é importante considerar que adolescência não se dá de forma igualitária para todos, “isso porque uma sociedade evoluída tecnicamente, isto é, industrializada, exige um período para que o jovem adquira os conhecimentos necessários para dela participar” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2001, s/p). Assim as transformações ocorridas em cada fase da vida dependem das oportunidades sociais e do acesso aos bens culturais.

É dentro desse processo que a cultura midiática encontra seus principais protagonistas, ou sejam, crianças e, principalmente, adolescentes. Evidentemente essa

cultura abre portas para uma exposição da intimidade, onde nem todos estão preparados, nem mesmo os adultos. Crianças e adolescentes como participantes assíduos dessa rede tendem a ficar cada vez mais expostos a conteúdos de violência sexual na internet. Uma vez que a mídia estimula a vaidade, a competição e a individualidade, quanto mais exposição, mais sucesso na rede.

A autora Paula Sibilia (2008) atenta que as redes sociais entraram nas vidas das pessoas como se fossem extensões dela, gerando impactos principalmente na construção da personalidade. Na medida em que os sujeitos buscam pela visibilidade, quando utilizam e atualizam diariamente perfis e páginas na internet, estes tornam-se dependentes da afirmação dos outros. Ou seja, através das redes sociais o olhar do outro se torna parte importante na formação da personalidade, considerando que as pessoas se moldam a partir das demandas impostas a elas/es. Desse modo, a autora ainda retrata que hoje em dia, ser é estar visível, e o que não aparece nas redes ou não é mostrado, não é ou não existe.

Corroborando com tal premissa, compreende-se que a cultura midiática da rede pode levar a resultados e práticas que geram conflitos violentos entre o segmento infantojuvenil como por exemplo, o sexting e a pornografia, que serão evidenciados no próximo item. A Tic Brasil, em 2017, aponta que o risco a exposição a conteúdos de caráter sexual é mais frequente entre adolescentes de 15 a 17 anos (23%) do que entre as crianças de 9 a 10 anos e 11 a 12 anos (5% para cada faixa etária). Esse dado, como já evidenciado anteriormente, pode estar relacionado as características da adolescência, em que estes despertam para outros interesses e assuntos, como por exemplo sexo e sexualidade. Diante das informações coletadas verifica-se que as/os adolescentes ao fazerem uso mais frequente das redes, tornam-se mais expostas aos riscos de violência sexual através do uso da internet (EISENSTEIN, 2013).

Ainda, sobre a ideia do uso das tecnologias para perpetrar violência sexual, outra determinação relacionada são os aplicativos de relacionamento, como por exemplo, o Tinder. Conforme foi possível visualizar na pesquisa, o tinder pode se tornar um facilitador para exploração da sexualidade, uma vez que expressa o corpo como mercadoria para satisfação dos desejos sexuais. Para Oliveira, Barros e Goulart (2016), o objetivo do tinder é, aproximar pessoas e promover encontros e relações entre os sujeitos. Os autores ainda expressam que o tinder: (2016, p. 95).

Permite a visualização de determinados perfis em uma espécie de “menu social”. A partir desse menu, cada indivíduo pode promover o delineamento de

sua figura, delimitar padrões, definir gênero de busca, distância geográfica, expor determinadas frases e escolher conforme sua vontade àquele que mais chamar atenção ou despertar conveniência. Assim, havendo compatibilidade e interesse de ambos é que o evento e as relações irão realizar-se, ou seja, a própria interlocução entre os sujeitos será iniciada a partir de então.

Os programas e aplicativos, podem servir de estímulo sexual, para encontros anônimos, nisso tem-se também muitos adultos que exploram adolescentes para o sexo casual e relacionamentos sexuais com todos os tipos de perversão (EISENSTEIN, 2013). Além disso, é importante salientar que junto ao tinder, se somam outros aplicativos de relacionamento, como por exemplo: Happn e Badoo, que carregam as mesmas características.

O que acaba por gerar um embate nas relações sociais. Pois ao mesmo tempo que a inovação tecnológica fornece excesso de informações, conteúdos etc, ela também garante o vazio nas experiências, nessa condição isso impede que haja uma apropriação verdadeira dos momentos entre os sujeitos relegando-os a descartabilidades de si e dos outros – a coisificação dos sujeitos.

Como já exposto, a era da transformação tecnológica tornou-se parte fundamental na satisfação dos desejos dos sujeitos, o âmbito virtual, permite que os sujeitos explicitem suas vontades, reconheçam pontos em comum e ainda, que seus desejos sejam acatados e satisfeitos de forma imediata. Os sujeitos que se utilizam desses aplicativos enfrentam uma crise nos valores sociais, onde a efemeridade e o consumo de pessoas por pessoas tornou-se recorrente. Sendo assim, a virtualidade é tida como fonte proveniente para o estabelecimento de relações sociais e interações de toda espécie, em que os indivíduos se tornam mercadorias e moedas de troca próprias, reforçando um sistema que, gradativamente, adquire mais interlocutores e interessados (OLIVEIRA; BARROS; GOULART, 2016).

Um outro aspecto evidenciado na análise das produções, refere-se ao acesso da pornografia pela internet por parte de crianças e adolescentes, e os efeitos que essa busca desencadeia no desenvolvimento sexual dos mesmos. Um dos problemas é o consumo da pornografia que inicia desde muito cedo, principalmente por parte dos meninos, ou seja, entre oito (08) e nove (09) anos de idade. Isso significa que as crianças e adolescentes estão procurando por educação sexual através da pornografia, o que pode contribuir para uma ideia distorcida de sexo, sexualidade e intimidade

(O SILENCIO DOS HOMENS, 2019), fazendo com que os conteúdos das imagens/vídeos sejam incorporados nas próprias práticas de relações sexuais, ou seja, aquilo que se vê, imediatamente se coloca em prática.

Nesse sentido, percebe-se que não há nenhum tipo de mediação entre a criança e/ou adolescente e o conteúdo acessado, sendo que este último tem forte influência na sua subjetividade, ou seja, na forma como percebe e age no seu cotidiano. A leitura mais imediata que estes sujeitos fazem é de como toda essa tecnologia e conteúdo disponível podem atender suas necessidades e/ou oferecer vantagens e benefícios.

Quando se fala da indústria pornográfica faz-se necessário acrescentar que o mote da discussão não tem a intenção de criminalizar a pornografia em si, tendo como pressuposto que não existe lei de criminalização à pornografia. Neste sentido, o cerne da questão é, que o acesso a pornografia por parte de crianças e adolescentes pode representar prejuízos para este segmento, materializando-se em diferentes formas de violência sexual, como já abordado acima.

Diante disso, percebe-se, que sem educação formal, estes não são capazes de entender a complexidade da indústria pornográfica, tendo em vista que crianças e adolescentes, ao fazerem uso das redes de forma insegura, sem o auxílio e o cuidado dos adultos ficam cada vez mais expostos a conteúdos violentos. Desse modo, quando se fala de educação sexual esta deve ser compromisso de todos (Estado, família e sociedade). A escola tem um papel fundamental nesse processo de formação das crianças e adolescentes, cujo espaço de socialização deve buscar a garantia no atendimento as discussões que estimulem o conhecimento de forma saudável respeitando as respectivas fases de desenvolvimento destes sujeitos.

De tal forma, cabe aqui ressaltar que o Plano Nacional de Educação 2014-2024, não faz menção as questões referentes a gênero e sexualidade, devido ao embate político e religioso ocorrido na construção do plano, para que a suposta “ideologia de gênero” não fosse incorporado no PNE. De acordo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a inclusão da ideologia de gênero nos Planos de Educação refere que:

A ideologia de gênero representa uma distorção completa ao conceito de homem e mulher. Não é possível que esta ressignificação antropológica tenha um reconhecimento oficial. Tenha-se presente ainda que o Plano Nacional de Educação não faz menção à adoção da promoção da identidade de gênero como diretriz geral a ser adotada na educação nacional. Além do mais, não é

dado aos Estados e Municípios dispor em sentido contrário ao Plano Nacional de Educação.

Conseqüentemente, as questões de gênero e sexualidade foram excluídas na maioria dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, a partir do que se caracterizou a “ideologia de gênero”. No entanto, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação, têm se posicionado, em termos de entendimento quanto à necessidade de revisão e inclusão destas questões nos Planos de Educação nos diferentes níveis, tendo em vista que são temas emergentes na sociedade e que assim estão presentes também no cotidiano escolar.

Entende-se também, que na medida em que as escolas e outras instituições que trabalham com crianças e adolescentes priorizarem no seu trabalho a discussão de temas como gênero, sexualidade, IST's, gravidez na adolescência e violência sexual contra crianças e adolescentes, utilizando-se de metodologias participativas, que possibilitem o debate e a reflexão sobre estes temas, inúmeras situações de violação de direitos podem ser prevenidas.

4.2 Sexting e Pornografia Infantojuvenil

Como já explicitado anteriormente, as tecnologias de informação e comunicação vem propiciando novas formas de interação cada vez mais intensas. Muitas pessoas já não conseguem se imaginar sem a internet e os celulares. Estas tecnologias já foram incorporadas ao cotidiano de milhares de pessoas, adultos, crianças e adolescentes. O ciberespaço³⁰ tornou-se uma dimensão essencial da nossa realidade. Porém devido à grande diversidade e difícil controle acaba por disseminar informações não adequadas aos diferentes públicos.

Considerando crianças e adolescentes como usuários em potencial dessa tecnologia, atenta-se para o desafio de manter esse ambiente seguro para a proteção dos mesmos. Desta forma, levando em conta a gama de pessoas que utilizam esse espaço em todas as partes do mundo, cabe salientar sobre os impactos dessa intera-

³⁰ O ciberespaço para Silva (1999) “como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores”.

tividade às crianças e adolescentes, visto que ao lado das potencialidades informacionais também se acentua o índice de cibercriminalidade³¹. Assim, a partir da análise das produções pode se visualizar no quadro abaixo uma síntese das principais formas de violência sexual (re) produzidas através do acesso à internet.

Quadro 2 - As principais formas de violência sexual através da internet

As principais formas de violência sexual que vitimizam crianças e adolescentes a partir do uso da internet	
Categoria Emergentes	Destaque de vezes que aparecem nas bibliografias e/ou documentos
Pornografia infantil	4
Pedofilia	3
Vazamento de Nudes	1
Estupro virtual	1
Exposição de órgão sexual	1
Revenge porn	2
Violência sexual Aliciamento de crianças e adolescentes online/Abuso sexual online	2
Sexting/ Envio de fotos íntimas/mensagens/montagens de fotos.	6
Goorming	1

Fonte: Sistematização da autora, 2019.

No quadro nº 2, é possível verificar as mais diversas formas de violência sexual contra crianças e adolescentes cometidas através do uso da internet. Nota-se que as discussões em torno da prática do sexting e da pornografia infantojuvenil aparecem diversas vezes nas bibliografias e documentos, seguidos da pedofilia. Além das bibliografias e documentos problematizarem outras violências, que aparecem de forma menos significativas como: Revenge porn (pornografia de vingança), abuso sexual online, goorming, aliciamento de crianças e adolescentes online, estupro virtual dentre outras formas. Nesse viés, o mote dessa discussão se dará, em torno desses tipos de violência: sexting e pornografia tendo em vista ser os tipos de violência que mais saltam os olhos a partir da coleta de dados.

Nas bibliografias que enfatizaram o sexting como uma das formas de violência sexual contra crianças e adolescentes, diferentes conceitos podem ser observados:

A expressão *sexting*, vem da junção da palavra sex (sexo) mais texting (torpedo). Consiste no ato de enviar mensagens, vídeos e fotos com conteúdo

³¹ Com o incremento da utilização da rede mundial de computadores e de outros dispositivos eletrônicos que a ela facilmente se conectam, também a criminalidade informática, ou cibercriminalidade, nela encontra lucrativo campo de atuação (SANTOS, 2018, p. 157).

pornográfico e manifesta-se como uma prática viral em todo o território nacional. O problema principal não é a prática em si, mas as consequências que advém dessa prática, assim como as consequências que acarretam na vida de crianças e adolescentes (PORTO; RICHTER, 2015, p. 10).

Sexting pode ser entendido como o compartilhamento e postagem de: mensagens eróticas, fotos de corpos nus e seminus com poses sensuais, vídeos que mostram relações sexuais. É o envio de materiais que apresentam conteúdos sexuais, sensuais e eróticos, por meio das diversas tecnologias, tais como: smartphone, iphone, tablets, computadores, entre outros, e em sites de redes sociais (Facebook, Twitter etc.) (BARROS, 2014, p. 22).

Um aspecto muito importante que as autoras Barros e Ribeiro (2016), trazem em relação a prática do sexting, é que este, emerge em virtude de uma combinação de fatores sociais, históricos, econômicos e culturais que têm ocorrido em nossa sociedade. Em 2018, o UNICEF em parceria com a Safernet criou o Projeto Caretas. Em que a partir de uma experiência virtual, adolescentes e jovens interagem, pelo Messenger do Facebook, com Fabi Grossi, uma personagem fictícia que teve um vídeo íntimo vazado na internet pelo ex-namorado.

Em um ano, quase um milhão de pessoas, em sua maioria meninas, interagiram com Fabi Grossi. Para entender melhor a relação delas com o *sexting* e vazamento de imagens íntimas, o UNICEF realizou uma pesquisa. Foi enviado um questionário a 14 mil adolescentes de 13 a 18 anos, do sexo feminino, que participaram da experiência. E foi feita, também, uma análise qualitativa dos diálogos completos de 100 meninas que interagiram com Fabi Grossi (UNICEF, 2019, S/P).

Desse modo, a pesquisa referida acima mostra os resultados das práticas de *sexting* – compartilhamento de vídeos e fotos íntimas. Entre meninas que responderam à pesquisa, 35% já mandaram fotos ou vídeos íntimos a alguém e mais de 70% já receberam *nudes* sem pedir. Sobre o vazamento dessas imagens, cerca de 10% das entrevistadas passaram por esse problema, sem uma rede de amparo, o que gerou bastante sofrimento. Entre elas, 35% não contaram a ninguém e 80% sentiram-se culpadas.

Ainda com base nesta pesquisa, foi possível identificar a dificuldade das adolescentes em discutirem essa prática com a família e a escola. A maioria das meninas desconhecem qualquer rede de proteção ou canal na internet, e não sabem

como agir diante de uma imagem vazada³². Consequentemente o abalo emocional pode ser enorme tanto para o/a adolescente na foto como para o/a adolescente que envia ou recebe a mensagem, uma vez que tem implicações legais e criminais, por ser considerado conteúdo de pornografia e invasão de privacidade (EISENSTEIN, 2013).

Nessa perspectiva, ao passo que o avanço das tecnologias foi ganhando espaço na vida dos sujeitos, os celulares também foram se aperfeiçoando para atender as demandas do cotidiano dos sujeitos, passando a ser intermediário nas relações. Através destes é possível fazer o registro e o compartilhamento de fotos e vídeos que revelam momentos de intimidade de modo instantâneo. Uma inovação que antes permitia apenas mensagens de texto, hoje, permite o envio de fotos e vídeos para o outro lado do país. Assim, as tecnologias digitais “podem ser entendidas como as curvas de visibilidade que fazem com que esse fenômeno - o sexting - faça parte do dispositivo de sexualidade” (BARROS, 2014, p. 148).

Ao falar da prática do sexting várias bibliografias/documentos apontam sua ínfima relação com a discussão da sexualidade. Como já abordado anteriormente, a sexualidade das mulheres, dos casais, das crianças, dos homossexuais, entre outros, passou a ser entendida como algo a ser regulado e normatizado, a fim de que a sociedade funcione dentro de um determinado padrão, pautado na heteronormatividade.

Entretanto, entende-se que a sexualidade é um elemento formador da intimidade dos sujeitos, que ao ser publicizada e exposta no âmbito público, esta produz uma reconfiguração na subjetivação dos/as adolescentes, em que estes utilizam da sexualidade para se tornarem visíveis. Sendo assim, a prática do sexting acaba por produzir uma atualização no dispositivo da sexualidade, passando a expor algumas questões que foram marcadas ao longo da modernidade como privadas, por exemplo, o corpo nu, o erotismo, a intimidade; enfim, a sexualidade (BARROS; RIBEIRO, 2016).

Por isso é importante discutir esse fenômeno, pois ao passo que ele se torna uma estratégia de visibilidade dos praticantes, acaba aumentando o número de matérias sexuais em circulação, o que facilita o acesso de imagens sensuais e eróticas, de crianças e adolescentes, para abusadores/as e pedófilos (BARROS, 2014).

Como a pornografia também foi apontada como umas das principais formas de

³² A Safernet em 2017, aponta que houve quase 300 pedidos de auxílio sobre sexting, a maioria feita por pessoas do sexo feminino. Orientação sobre sexting é a terceira solicitação mais recorrente entre os que acionam a ONG.

violência sexual, a partir do uso da internet, tem-se aqui a necessidade de sua discussão. A pornografia infantojuvenil, no ano de 2009 já era apontada como crime mais comum na internet, o que pode ser associado ao aumento do uso da internet. Entretanto, vale salientar que o crime de pornografia infantojuvenil nem sempre é praticado por pedófilos, tendo em vista a busca de lucro financeiro com essa atividade, por organizações criminosas. A pornografia infantojuvenil é encontrada em arquivos de imagens e vídeos, e é uma prática que envolve troca e socialização entre as pessoas, não consistindo numa atividade solitária (LOWENKRON, 2013).

Assim como o sexting, a pornografia infantil também exerce um papel de engajamento sexual, no entendimento da sexualidade por parte de crianças e adolescentes. Como já abordado acima, a internet facilita o acesso a pornografia e produz efeitos tanto no desenvolvimento sexual quanto nas relações interpessoais daqueles que a utilizam. Dessa forma as autoras Sfoggia e Kowacs (2014, p. 11) enfatizam que [...] aprender sobre sexo e exercer a sexualidade na internet pode ser nocivo frente à exposição massiva de todo tipo de imagem”.

Outro fator importante a ser mencionado é em relação as estratégias que os agressores utilizam para se aproximar de crianças e adolescentes através da internet. Dentre os materiais analisados, foi possível identificar numa parcela de seis (06) bibliografias/documentos que muitos agressores, através do meio virtual, se passam por crianças e utilizam os contatos on-line para seduzir e introduzir assuntos sexuais a fim de despertar a curiosidade infantil. Por meio de perfis falsos (fakes), essas práticas tornam-se ainda mais facilitadas para os agressores. Concomitantemente essas estratégias são usadas como forma de iniciar conversas nas redes e angariar a confiança das crianças e dos/as adolescentes. O que configura na relação do agressor com vítima, a intimidação destas para preservação do silêncio e continuidade dos contatos “abusivos”, como também na dessensibilização e desinibição de crianças no processo de aliciamento para encorajá-las a normalizar e a reproduzir as atividades sexuais representadas.

Conseqüentemente, a dessensibilização também pode afetar o observador, que passa a buscar material novo ou mais extremo para manter a excitação. Portanto, evidencia-se que a busca por perfis de crianças e adolescentes nas redes sociais, se soma a indispensabilidade do contato físico. Ainda referente as estratégias utilizadas pelos agressores/abusadores, estas podem vir a ocorrer por meio de propostas de trabalhos como modelos e celebridades, em que crianças e adolescentes são

seduzidas por promessas falsas na expectativa de encontrar melhores oportunidades de trabalho e/ou de vida.

Em relação a idade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual através do uso da internet, percebe-se a grande dificuldade em localizá-las, tendo em vista que nos materiais analisados não se obteve êxito. Apenas duas bibliografias apontaram, no que diz respeito ao crime de pornografia infantojuvenil, que a identificação da idade se torna um exercício difícil para as autoridades competentes. Pois, [...] existem casos, principalmente os casos situados na zona cinzenta entre os quatorze (14) e dezoito (18) anos, que ficam irremediavelmente impunes porque a única forma de caracterizar o crime seria localizando a vítima e comprovando a idade. Já uma criança de dez (10) anos é inequívoca, pois claramente se trata de uma criança. Com isso observa-se que a identificação da idade a partir das imagens de crianças torna-se mais fácil, enquanto dos adolescentes é mais complexa, tendo em vista que principalmente o sexo feminino pode ser confundido com o adulto (LOWENKRON, 2013).

A terceira forma de manifestação da violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pelo uso da internet, que se destacou na pesquisa foi a pedofilia. No entanto é preciso destacar que a mesma não consiste num crime e nem pode ser imediatamente caracterizada como uma forma de violência sexual, tendo em vista que não há nenhum ordenamento jurídico que normatize a pedofilia como crime. Para evidenciar isso destaca-se o conceito de pedofilia e também são apresentados os crimes que violam a dignidade sexual de crianças e adolescentes, conforme o Código Penal (Título VI) dos crimes contra vulnerável, Capítulo II - estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento de prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou pornografia.

E também a Lei nº 11.829/2008, do ECA (1990) que acrescenta tipos penais nos artigos 241-A, a 241-E., com objetivo de aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet, passam a adquirir nova redação.

De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS) a pedofilia é um transtorno mental caracterizado pela perversão sexual de um adulto sobre uma

criança ou adolescente, dirigida principalmente para crianças pré-púberes, essa patologia pode motivar diferentes formas de violência sexual (FELIPE, 2006). É importante salientar que o pedófilo é a pessoa que apresenta a doença pedofilia. Nesse sentido, é importante ressaltar que nem todo abusador ou explorador sexual de crianças e adolescentes é um pedófilo. Os adultos, de diferentes perfis, vivem numa sociedade em que vários valores e práticas contribuem para reforçar a ideia de que crianças e adolescente podem ser objetos sexuais para satisfazer as necessidades e desejos dos adultos.

4.3 Redes Criminosas: o desafio na identificação dos agressores

Como já evidenciado anteriormente, a Internet é um universo complexo que está presente diariamente na vida dos sujeitos, a partir de aplicativos, redes sociais, buscas no Google dentre outros. Apesar da infinidade de benefícios que esta rede proporciona, serve também como um meio facilitador para o surgimento de cada vez mais apreciadores de pornografia infantiljuvenil, o que torna esse espaço ideal para aproximação dos agressores com as vítimas. Por esse viés percebe-se a internet como um potencial difusor que colabora com a produção e distribuição de infinitas imagens e vídeos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, através de organizações criminosas.

Consequentemente a internet em suas camadas mais profundas como a Deep Web, Dark Web ou Darknet, tornam essas práticas mais facilitadas. Uma criança que foi vítima de um crime sexual e que isso tenha resultado na produção de material pornográfico, quando compartilhado na deep web, torna-se impossível removê-lo, “é impossível fazer a gestão de propagação da Deep e da Dark Web [...] um material colocado nas camadas mais profundas do iceberg da internet nunca mais poderá ser apagado” (LOTUFO, 2017, p. 286).

Diante desse contexto percebe-se que as investigações policiais, estão sendo efetivas no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes. Em outubro de 2019, uma operação contra pornografia infantil, prendeu 337 pessoas em 38 países incluindo o Brasil. Foi o fim de umas das maiores redes de comercialização de pornografia infantojuvenil. As prisões foram por meio de decodificação gerenciadas na Dark Web, que tinha base na Coreia do Sul. O administrador do site já havia sido preso em

2018 e, desde então, vários usuários de 12 países foram localizados.

Além disso, a página mantinha mais de 2015 vídeos e mais de um milhão de downloads, e o pagamento da venda dos vídeos era feita em bitcoins³³, o que dificulta a identificação do comprador. Desde junho de 2015 (quando o site foi lançado) até março de 2018, o referido site recebeu cerca de 420 bitcoins, valor equivalente a 370 mil dólares, em pelo menos 7.300 transações (OBSERVATÓRIO TERCEIRO SETOR, 2019). Observa-se aqui, conforme já evidenciando no capítulo três, que a pornografia infantil, além de ser uma forma de manifestação da violência sexual, é também uma fonte lucrativa para as redes de exploração sexual comercial.

Em contraponto, tendo em vista a proposta da análise de identificação desses sujeitos/ indivíduos e ou coletivos, considerando as redes criminosas que cometem violência sexual a partir do uso da internet, evidenciou-se que a maioria dos casos de investigação policial obtém informações sobre os consumidores dos materiais criminosos, o que não ocorre em relação aos abusadores e as crianças e adolescentes vítimas (LOWENKRON, 2013).

Há que se destacar que muitos dos sujeitos envolvidos nos crimes de violência sexual participam de redes de criminalidade online e/ou redes de exploração sexual. Podem existir cadeias de múltiplos elos que se formam na produção de pornografia infantil, por exemplo, envolvendo fotógrafos e videomakers, intermediários (aliciadores e pessoas de apoio), difusores (anunciantes, comerciantes e publicitários) até mesmo os consumidores. Neste sentido, revela-se que os sujeitos envolvidos nestas redes de exploração sexual podem estar presentes nas ruas, praças, parques, escolas e principalmente na internet.

Quanto ao perfil desses agressores, é importante salientar a dificuldades em obter essa informação. Apenas duas bibliografias nacionais baseadas em pesquisas estrangeiras, abordam as características do comportamento do pedófilo. Uma das bibliografias, baseada em pesquisa nos Estados Unidos, aponta que os criminosos/abusadores sexuais não tem um comportamento definido, ainda que estes podem pertencer a qualquer classe socioeconômica, raça, etnia e religião. Entretanto, quando se reporta a realidade brasileira os autores evidenciam que este perfil é inexistente. Observa-se, ainda, tendência a englobar a violência sexual contra crianças no contexto

³³ Bitcoins são moedas digitais, que não necessitam da interferência de um banco ou de outro intermediário, a transação pode ser feita pela internet por qualquer pessoa, basta o usuário ter um código criptografado, que os bitcoins são armazenados em celulares e computadores o que facilita a troca.

geral da pedofilia, e não da criminalidade como evidencia-se a seguir (SERAFIM et al, 2009).

O parâmetro da proximidade entre vítima e sujeito ativo foi escolhido também pelo fato de que a criminologia está começando a se debruçar sobre o perfil dos sujeitos ativos dos delitos, separando-os a princípio em uma visão reducionista entre agressores virtuais e agressores físicos. Mas esta é uma visão simplista; é a ponta de outro *iceberg*. A pedofilia é vista como uma doença, do ponto de vista médico, quando o ser humano tem atração sexual tão somente por crianças, mas os agressores não se resumem a esse modo de agir (LOTUFO, 2017, p. 294).

A outra bibliografia relata que basicamente não existe um perfil específico para quem pratica a pedofilia³⁴ ou utiliza imagens de pornografia infantil: Há homens de todas as condições sociais, educadores, professores, gerentes de companhias, soldados dentre outros, pertencentes à todas as classes sociais (NORONHA, 2010).

Com isso, observa-se que um estudo sobre o perfil dos abusadores/agressores, bem como das diversas motivações que levam estes sujeitos a cometerem atos de violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente no âmbito da internet, é um desafio que se coloca para os profissionais, instituições e sociedade. Na medida em que se têm maiores informações sobre estes sujeitos, ações de prevenção, proteção e cuidado das vítimas podem ser melhor desenvolvidas, bem como podem ser realizadas ações junto aos abusadores/exploradores sexuais, pois como se sabe, atender apenas uma parte da demanda, não resolverá as consequências por ela gerada.

Na sequência apresentam-se as considerações finais, onde serão retomadas algumas discussões que foram preponderantes em relação ao estudo, bem como os resultados obtidos na pesquisa no que se refere aos objetivos e problemática central. Ainda serão apresentadas algumas preposições em relação a qualificação da prática profissional do assistente social.

³⁴ Termo utilizado no artigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer diversas bibliografias e documentos para construção deste trabalho, ressalta-se a importância de evidenciar aqui como foram sendo tecidas as reflexões a partir da problemática central do estudo, considerando as particularidades da violência sexual contra crianças e adolescente em tempos de avanço das tecnologias de informação e comunicação. As discussões apontam que a violência sexual contra crianças e adolescentes tem raízes históricas e complexas, produto de diversas determinações produzidas pela sociedade e que não se identificam imediatamente na vida destes sujeitos. Por isso deve ser cada vez mais estudada e aprofundada.

A violência sexual que se manifesta na vida de crianças e adolescentes fere não somente a liberdade sexual, mas, principalmente, viola o direito ao desenvolvimento saudável, o que inclui também o direito à construção da personalidade. Além disso, essa e outras formas de violências são tidas como atos transgressores a dignidade humana, que transformam crianças e adolescentes em meros objetos, invertendo-se os papéis sociais do adulto sobre criança/adolescente, que ao invés de protegê-las acaba se tornando o principal agressor.

Sabe-se que a violência sexual, para se caracterizar como violência não precisa ser praticada mediante violência real. No que se refere ao uso das tecnologias de informação e comunicação para o cometimento da violência sexual contra crianças e adolescentes, estas podem gerar consequências danosas no desenvolvimento destes sujeitos. Ainda sobre violência sexual mediada pelo uso da internet, estas podem se somar a uma série de diversas outras violências, como o tráfico para fins de exploração sexual, a pornografia infantojuvenil, (produção e comercialização), o abuso sexual, a exploração sexual comercial, turismo sexual, aliciamento online.

Além disso, o que se vê diante das ponderações tecidas ao longo do trabalho é que a violência sexual contra crianças e adolescentes está aliada a diversos processos que envolvem valores sociais, culturais, históricos e econômicos, fatores estes que acabam corroborando para novas formas de exploração sexual, através de atos cada vez mais perversos e violentos. Como pôde-se observar, essas novas nuances em torno da violência sexual são legitimadas pelo sistema capitalista, por meio da utilização de novas técnicas de aperfeiçoamento, como modo de produção e (re) produção da violência.

Nesse sentido, toda vez que a indústria cultural se utiliza de imagens fetichizadas e erotizadas de crianças e adolescentes acaba contribuindo, mesmo que indiretamente para a ocorrência da violência. O mercado da pornografia infantojuvenil, por exemplo, se utiliza da produção, comercialização e distribuição dessa forma de violência para satisfazer as necessidades dos adultos. Essas necessidades podem ser tanto sexuais como também financeira, tendo em vista ser um mercado atrativo financeiramente, que transforma a perversidade da violência em lucratividade, desconsiderando totalmente a condição humana - coisificação das relações. Verifica-se que nesse contexto muitas crianças e adolescentes que vivem em situações de vulnerabilidade, com vínculos fragilizados, acabam se tornando vítimas fáceis para esses tipos de crime. Na promessa da melhoria de condições de vida e acesso a bens de consumo, muitas vezes são enganadas e atraídas para este mercado, através de diversos meios, passando a vivenciar diversos tipos de agressões.

O que se verifica, sobretudo no modo de produção capitalista, é que a internet, como produto de desenvolvimento do capital, acaba sendo fonte de utilização para os perpetradores de violência, crimes estes que podem ser encontrados tanto em navegadores comuns de acesso a todos, como nas camadas mais profundas da internet Dark weeb/Darknet. São principalmente nessas camadas que o comércio da pornografia infantojuvenil se encontra, além disso, vários outros crimes ocorrem por meio destes navegadores como a venda de órgãos, tráfico de armas, drogas, animais e até mesmo pessoas.

Considerando as diversas relações que permeiam esses processos, é possível visualizar que a legislação atual vem trabalhando na criminalização desses atos, representando uma medida de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes cometidas através das tecnologias de informação e comunicação. Porém, cabe ressaltar que a organização dessas redes criminosas na maioria das vezes se dá de forma articulada e sem deixar vestígios, o que acaba dificultando a atuação dos profissionais.

A partir da coleta de dados nas bibliografias e documentos selecionados percebeu-se que o aumento do uso da internet tem sido crescente por parte de crianças e adolescentes. Entre as crianças e adolescentes que se encontram de alguma forma privados de informação, revelam-se algumas particularidades quando consideradas características étnico/raciais e regionais, visto que são crianças e adolescentes negros/as da região nordeste, três vezes mais privadas de informação do que a região

sudeste Brasil. Em relação aos conteúdos mais acessados pelo segmento infantojuvenil, pode-se identificar o uso constante da rede social facebook e da plataforma youtube. Considerando que o uso do perfil no facebook por si só já revela alguns dados pessoais dos usuários, essa rede social tem sido cada vez mais utilizada para postagens de fotos e vídeos, em que são expostas as vivências da vida íntima, como modo de obter visibilidade e sentir-se pertencente às redes.

Nessa relação passam a dedicar mais tempo para as tecnologias e automaticamente mais propensos e vulneráveis à crimes perpetrados através da internet, pois sabe-se que muitos abusadores/exploradores se utilizam desses meios para angariar a confiança das crianças e adolescentes. Além disso, crianças e adolescentes, desprotegidos dos cuidados em relação ao acesso à internet, acabam tendo contato a materiais com conteúdo sexual de forma bastante precoce, conseqüentemente esses atos por eles visualizados podem de algum modo interferir na educação sexual dos mesmos, bem como na construção da identidade e das relações humanas.

Os aplicativos de relacionamento são hoje dispositivos para aproximar pessoas e favorecer encontros com conhecidos e desconhecidos, em favorecimento da troca de relações, a exemplo do tinder, mas quando esses aplicativos passam a ser usados por adolescentes, estes correm o risco de encontrar pessoas de diferentes idades, em que muitas se utilizam de informações falsas para se aproximar desse público para hostilizar e perpetrar diversos tipos de violências.

Dentre as diversas formas de violência sexual mediadas pelo uso da internet, destacaram-se o sexting e a pornografia infantil. A prática do sexting, consiste no envio e compartilhamento de fotos e vídeos contendo materiais de conteúdo sexual, essa forma de exposição do corpo que se revela mais entre o público adolescente feminino pode se manifestar de modo espontâneo ou de auto exposição quando a adolescente está ciente do envio da foto e/ou vídeo na certeza da confiança na relação, o que pode vir a desencadear uma exposição desse conteúdo quando compartilhado com outras pessoas de forma criminosa, que muitas vezes ocorre com uma forma de vingança no relacionamento, gerando tanto conseqüências psicológicas quanto físicas, podendo levar até mesmo ao suicídio.

Na seqüência a pornografia infantil identifica-se por detrás um mercado rentável e perverso, que transforma crianças e adolescentes em objetos sexuais. Nesse mercado, os consumidores pagam valores diferenciados para atos que sejam mais violentos, evidenciando assim relações de coisificação e desumanização dos sujeitos.

Os perpetradores desses atos violentos podem estar entre as redes de criminalidade online e/ou redes de exploração sexual, que envolvem fotógrafos, videomakers, aliciadores e pessoas de apoio, comerciantes, publicitários até mesmo os consumidores, além disso esses podem se manter em quaisquer lugares até mesmo os mais imprevisíveis, como professores, pastores, educadores, etc., o que torna difícil identificar o perfil dos mesmos, bem como observado o que pode-se relacionar são alguns traços do perfil pedófilo, como cabe enfatizar que nem todos os abusadores/exploradores são pedófilos, tendo em vista que pedofilia trata-se de uma doença.

Destaca-se que a internet se constitui numa nova ferramenta utilizada por abusadores e exploradores sexuais para violar os direitos de crianças e adolescentes, a qual compreende uma complexidade de camadas que precisam ser desvendadas por órgãos competentes para que haja maior controle dos crimes praticados nas “profundezas” da internet.

A construção desse trabalho possibilitou desenvolver com mais ênfase a temática em questão, através de diversas bibliografias e documentos foi possível identificar diferentes categorias que permeiam a violência sexual cometida contra o segmento infantojuvenil, esse aprofundamento contribui imensamente para o processo de formativo, uma vez que a formação em Serviço Social permite a prática em diferentes campos de atuação. Isso significa que o processo de atuação profissional exige uma busca constante pelo conhecimento e também pela atualização dos diferentes processos que se expressam no cotidiano dos usuários, são essas permanentes estratégias que garantem aos assistentes sociais uma atuação qualificada.

Este trabalho é de extrema importância para a prática profissional do assistente social, tendo em vista ser um fenômeno atual, agravado pelas relações sociais da sociabilidade capitalista, permeado por múltiplos fatores que colocam a vida de crianças e adolescentes em situações de extrema violência. Ademais, a centralidade da violência sexual cometida contra estes sujeitos e sua condição de sujeitos em desenvolvimento demanda estratégias que sejam adequadas a cada uma das etapas e às suas demais condições de vida (intelectual, cognitiva, econômicas, culturais e sociais).

Com ênfase nesse estudo e em outras produções, é possível planejar um projeto de rodas de conversa, para executar em escolas no sentido de trabalhar a prevenção das diferentes formas de violência sexual contra crianças e adolescente, principalmente no que se refere aos resultados da pesquisa que apontam o sexting e a

pornografia infantil como as principais formas de violência cometida através da internet, uma vez que essas podem se desdobrar em outras formas de violência. Esse projeto pode ser realizado de forma lúdica, por meio de filmes, reportagens, vídeos músicas etc, essas estratégias podem ser usadas para demonstrar os riscos e as consequências que a violência sexual gera na vida dessas crianças e adolescentes.

Este trabalho também pode contribuir com os assistentes sociais que trabalham no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com as relações familiares e comunitárias onde estabelece um espaço para criação de grupos considerando diferentes faixas etárias, como: crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, com o intuito de trabalhar com prevenção e proteção das crianças e adolescentes, no que se refere a temática da violência sexual e a relação com a internet. Por ser um espaço de socialização e fortalecimento dos usuários, este garante que essas informações sejam abordadas por diferentes aspectos, tendo em vista que essa e outros tipos de violência são recorrentes neste segmento, em que muitas vezes ocorrem pela falta de conhecimento.

Pode-se também através desse estudo problematizar os dados apresentados, tendo em vista ser uma fonte que provoca sensibilização na sociedade, na criação de material informativo referente aos riscos e consequências das quais crianças e adolescentes expostas frente a má utilização da internet. Dessa forma este estudo pode contribuir na intervenção dos assistentes sociais em conjunto aos atores envolvidos no desenvolvimento da criança e do adolescente na identificação desses fatores, e trabalhar com a prevenção desses e outros crimes praticados na internet.

Por fim, ressalta-se que esse estudo não se dá por acabado, tendo em vista que ao longo de sua construção foram surgindo diversas categorias que permeiam na temática da violência sexual e também porque as relações na sociedade se encontram em constante transformação, o que exige dos profissionais uma atualização diante da complexidade que as expressões da questão social estão postas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernanda. **A sexualização de Millie Bobby Brown e Fin Wolfard, Strenger Things acende o alerta vermelho.** A sociedade precisa proteger crianças, não sexualizá-las. Medium, 2017. Disponível em: < <https://medium.com/@yatahaze/a-sexualiza%C3%A7%C3%A3o-de-millie-bobby-brown-e-finn-wolfhard-de-strange-things-acende-o-alerta-vermelho-54cd1be0578a>> Acesso em: 11 nov. 2019.

ANTÔNIO, de Pádua Serafim *et.al.* **Perfil psicológico e comportamental dos agressores sexuais de crianças.** Revista Psiquiatria Clínica, nº 36 v. 03, 105-111, 2009.

ALVES, Giovane. **Captura da Subjetividade.** 2016. (30m41s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=WEGEa44u4UI>> Acesso em: 11 nov. 2019.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.v.

BARROS, Suzana da Conceição de. **Sexting na adolescência: Análise da rede de enunciações produzidas pela mídia.** Rio Grande: FURG/PPGQVS, 2014.

BARROS, Suzana da C; RIBEIRO, Paula R. **O sexting e o dispositivo da sexualidade.** Ensino em Re-Vista, Uberlândia, MG, v.23, n.2, p.411-436, jul./dez., 2016.

BRASIL. **Constituição Federal 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e Adolescente-ECA.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL, Lei nº 11.829 de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 de novembro de 2008.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. Crianças e Adolescentes: dados estatísticos. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL, **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.** OIT. Petrobras. Brasília/DF: 2013.

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. **Crimes cibernéticos** / 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal. Brasília: MPF, 2018.

BRASIL. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes**: TIC Kids Online Brasil 2017 a [coordenação executiva e editorial Alexandre F. Barbosa]. São Paulo: Comitê Gestor da *Internet* no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-kids-online-2012.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**. Escola de Magistrados Investigação e prova nos crimes cibernéticos. São Paulo: EMAG, 2017.

BRETAN, Maria E. A. **Nobre. Violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pela tecnologia da informação e comunicação**: Elementos para a prevenção vitimal. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

BARROS FILHO, C.; PEREZ NETO, L. Éticas em rede: Pautas para à luta contra à pornografia infantil e os delitos de ódio nos sites de redes sociais. In: BRASIL, Ministério Público Federal. **Crimes cibernéticos**. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Brasília: MPF, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/coletaneasdeartigos/coletanea_de_artigos_crimes_ciberneticos> Acesso em: 29 set. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa. Folha de S.Paulo, 1999. Acesso em Mai 2019. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_4.htm

DEL PRIORE, Mary. **Sexualidade**: História de repressão e mudanças. 2017. (45m29s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fnw7yB7tYkU>> Acesso em: 11 nov. 2019.

EISENSTEIN, Evelyn Desenvolvimento da sexualidade na geração digital. **Revista Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 61-71, 2013.

FALEIROS, Eva T. Silveira; RADICCHI, Lis Celia Arantes. Pedofilia: Adoecimento e crime. *Revista Juridica Consulex*. Brasília, v.14, n.315, p.35-37, fev. 2010.

FALEIROS; Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silva. Escola que protege: Enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2 ed. 2008.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, nº 26, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2006, pp.201-223.

FOUCAULT, Michel. História de sexualidade I: A vontade de saber, Tradução de

Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

GIL, Antônio Carlos. Pesquisa Social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. A dimensão Investigativa no Exercício Profissional. In: **CFESS/CRESS**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPESS, 2009.

GUERRA, **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2000.

IANNI, Octávio. A Violência na sociedade contemporânea. Estudos de Sociologia, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. In: Revista HISTEDBR Campinas, número especial, 2011.

JUNIOR COELHO, Leconte de L; Junior; OKABE, Monica S. O marco civil da internet no Brasil: Reflexões sobre a psicologia, pornografia infantil e a pedofilia. Revista de Psicologia da UNESP, v.14, n.1, 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KONDER, Leandro. O que é dialética? 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LOWENKRON, Laura. A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. In: Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, n.15, p.37--61, dez, 2013. Disponível em: <www.sexualidadsaludysociedad.org> Acesso em 20 set. 2019.

LIBÓRIO, Renata Maria C.; CASTRO, Bernardo; SAKOTANI, Vanessa. Abuso exploração sexual, pedofilia e pornografia infantil na internet: As intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: novos olhares sobre diferentes formas de violações. São Paulo: ABMP/Childhood, 2013.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Desvendando vozes silenciadas**: adolescentes em situação de exploração sexual. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), 2003.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil: Categorias Explicativas e Políticas Públicas. IN: LIBORIO, M. C; SOUSA, S. M. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil**: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe:** relatório final. Brasília, Cecria, 2000.

LEAL, A Mobilização das ONG's no Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2001.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Globalização e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**, 2013. Disponível em: <<https://www.violes.unb.br/site2/phocadownload/Artigos/globalizacaoexploracao.PDF>>. Acesso em 11 nov. 2019

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria Fátima Pinto. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil.** Brasília: PESTRAF/CECRIA, 2002.

LOTUFO, Renata Andrade. Crimes cometidos contra a vulnerabilidade sexual de crianças e adolescentes no ECA e no Código Penal: a Internet como forma de cometimento e aproximação do sujeito ativo e vítima. In: **Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.** Escola de Magistrados Investigação e prova nos crimes cibernéticos. São Paulo: EMAG, 2017.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, interpretação e análise de dados. 5º.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O capital:** crítica de economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4micofilosc3b3ficos.pdf>>, acesso em 15 set. 2019. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, Leonardo C. de Araújo; FRANCISCHINI, Rosângela. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um Ensaio Conceitual. In: **Revista Temas em Psicologia**, Vol. 18, nº 1, 153-165, 2010.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Laura Pereira do; SILVA, Rosane Leal da. **Crianças e adolescentes internautas como alvo da criminalidade online:** Pedofilia e pornografia na internet.: XI Seminário Nacional e Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VII Mostra de trabalhos Científico e Jurídicos. 2014.

NETO OLIVEIRA, Raimundo Jovino de. **Trabalho infantil sexual na era digital: O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na rede mundial de computadores.** Natal/RN: UFRN, 2019

NORONHA, Ceci Vilar, ALMEIDA, Andrija. **Pedofilia e mídia: Representações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.** Especiaria Cadernos de Ciências Humanas. v,12, nº 23, p.101-121, 2010.

O SILÊNCIO DOS HOMENS. Papo de Homem. **Youtube.** 29 ago. 2019. 60min12s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&t=811s>> Acesso em: 20 nov. 2019.

OLIVEIRA, Rafael S.; BARROS, Bruno Mello Corrêa; GOULART, Gil Monteiro. As tecnologias da informação e comunicação na (des) construção das relações humanas contemporâneas: implicações do uso do aplicativo Tinder. **Revista Brasileira de Direito**, v. 12, n. 1, p. 88-99, jan/jun., 2016.

PALMA, Gabriel; BONFIM, Camila. **Operação nacional combate pedofilia e pornografia infantil em 26 estados e no DF. TV Globo.** Brasília, 28 Mar 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/28/policia-civil-deflagra-operacao-contrapedofolia-em-26-estados-e-no-distrito-federal.ghtml>> Acesso em: 30 nov. 2019.

PEREIRA, Marília do Nascimento. A SUPEREXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS: NECESSÁRIA CAUTELA NO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS PARA A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE 2015. IN. Anais. **Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, vol. 3, 2015.** Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>> Acesso em: 20 nov. 2019.

PÉREZ, Carlota. Revolución tecnológica y capital financiero. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza México: Siglo XXI Editores. Libro. 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 6ª edição. Cortez, São Paulo: 2009.

PORTO, Andrio; RICHER, Daniela. **O direito da criança e do adolescente e os riscos do cyberbullying e do sexting no ambiente digital: Realidade ou exagero?** XI Seminário Nacional e Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14278>> Acesso em: 24 nov. 2019.

RAMOS VÁSQUEZ, José Antonio. Política criminal, cultura y abuso sexual de menores. Valencia: Tirant lo Blanch, 2016.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2013.
RUDIO, Franz. Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/Tereza>>

OliveiraLiveira/ok-introduo-ao-projeto-de-pesquisa-cientfica-franz-victor-rudio>
Acesso em: 05 nov. 2019.

REIST, Melinda T. **Uma nova forma de abuso infantil**. A encomenda via pay-per view de abusos em tempo real. Medium, 2017. Disponível em: <<https://medium.com/anti-pornografia/uma-nova-forma-de-abuso-infantil-a-encomenda-via-pay-per-view-de-abusos-em-tempo-real-62106d05344d>> Acesso em: 11 nov. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara, BONGIOVANI. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos pagu, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf> > Acesso em: 11 nov. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFERNET. Indicadores da central de denúncias de crimes cibernéticos. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/> > Acesso em: 29 set. 2019.

SALLES, Luana. **Em 2018, a pornografia é uma indústria**. Medium, 2018. Disponível em: <<https://medium.com/gg-feminista/em-2018-a-pornografia-%C3%A9-uma-ind%C3%BAstria-c0e5414a05f1>> Acesso em: 11 nov. 2019.

SFOGGI, Ana; KOWACS, Clarice. Sexualidade e tecnologias. **Revista Brasileira Psicoterapia**, v.16 nº14, p. 4-17. PUCRS, 2014.

SCHMICKLER, Catarina. Uma outra face da violência. Revista Katálysis. v 2, 1998.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: Uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, Jan./Abr. 2016.

SILVA, Pedro Fernando da. **A liberdade sexual administrada**: Contribuição à crítica do conformismo. Curitiba: Jurúa, 2010.

SHIMABUKURO, Adriana. Cibercrime: quando a tecnologia é aliada da lei. In: **Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região**. Escola de Magistrados Investigação e prova nos crimes cibernéticos. São Paulo: EMAG, 2017.

SILVA, Carolina Parreiras. **Altporn, corpos, categorias, espaços e redes**: um estudo etnográfico sobre pornografia online. Campinas, São Paulo, 2015.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VASCONCELOS, Maria Gorete; FUCKS, Maria M.; FERREIRA, Sylvio. Childhood Brasil e o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo 2013.

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados (roteiro norteador)

- 1) Qual o tempo de acesso à internet por parte das crianças e adolescentes?
- 2) Quais os principais conteúdos acessados na internet por parte de crianças e adolescentes?
- 3) Quais os meios utilizados a partir do uso da internet que mais representa riscos de violência sexual contra crianças e adolescentes: Sites de relacionamento; facebook; whatsapp, twitter, instagran...?
- 4) Quais as principais formas de violência sexual que vitimizam crianças e adolescentes através do acesso à internet?
- 5) Quais as estratégias utilizadas pelos agressores para aproximaram-se de crianças e adolescentes através da internet?
- 6) Qual a faixa etária das crianças e adolescentes que são vitimizadas pela violência sexual através do uso da internet?
- 7) Quem são os sujeitos indivíduos e ou coletivos considerando as redes criminosas que comentem violência sexual a partir do uso da internet?
- 8) Quais são os meios utilizadas na internet para
- 9) Qual o perfil dos agressores (faixa etária, gênero, etnia/raça, classe social, etc.)